

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM



Campus Regional do Vale do Ivaí
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais
Curso de Serviço Social

DHÉBORA PROENÇA ROSA CANDEU
NINADAB DE SOUZA RODRIGUES

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO IVAÍ-PR:
DESAFIOS E IMPASSES**

Ivaiporã - PR
2014

DHÉBORA PROENÇA ROSA CANDEU
NINADAB DE SOUZA RODRIGUES

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO IVAÍ-PR:
DESAFIOS E IMPASSES**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Esp. Prof.^a Maria Celeste de Melo da Cruz

Ivaiporã - PR
2014

DHÉBORA PROENÇA ROSA CANDEU
NINADAB DE SOUZA RODRIGUES

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO IVAÍ-PR:
DESAFIOS E IMPASSES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Esp. Prof.^a Maria Celeste de Melo da Cruz

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Esp. Prof.^a Maria Celeste
Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Esp. Cristiane V. Mazzo
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Ms. Claudiana T. S. Sgorlon
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, _____ de _____ de _____.

*Dedicamos este trabalho aos nossos pais
que foram motivos desta conquista.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai José Rosa, que é um exemplo de otimismo, força e garra, quem sempre me incentivou nos meus estudos, me dando força para caminhar da forma mais amorosa possível e me dando esperança com sua fé inabalável. Por ter me dado toda a educação e o maior amor do mundo, que me fez ser quem sou hoje.

À minha mãe Terezinha, que eu tanto admiro e serve de inspiração para mim pela sua força de vontade e sempre querer aprender mais. Que mesmo de longe nunca deixou de demonstrar interesse por mim e pela minha vida acadêmica, sempre torcendo para que eu conseguisse concluir mais essa etapa da minha vida.

Meus pais, nos períodos de cansaço e desânimos, vocês foram minha inspiração pelo exemplo de trabalhadores e esforçados que são.

Ao meu esposo Antônio Marcos, que teve que abdicar da minha companhia em alguns momentos, pela paciência, nas horas de mau humor, de tristeza e de crises emocionais.

Às minhas irmãs Andressa e Elisama, e toda minha família que, com muito carinho me apoiaram para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À minha amada professora e orientadora Maria Celeste Melo da Cruz, pelo privilégio de receber seus ensinamentos, dedicação e paciência, que tornou possível a conclusão desta monografia.

À todos os professores que tive ao longo curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

À minha parceira de TCC Ninadab Rodrigues, pois foi ela que esteve comigo em todos os momentos, pensando, discutindo, realizando, foram tantos dias juntas, os quais jamais irei esquecer, obrigada por ter me aturado (sei que não é fácil) e me compreendido, por ter acreditado que tudo daria certo, por ter sido além de amiga a parte fundamental para que esse trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos, que foram minha segunda família nesses quatro anos, por toda cumplicidade, por todos os momentos divididos, por terem feito meus dias mais felizes, por serem tão únicos e especiais, por me privilegiarem de ter tantos momentos engraçados e alegres, que sem isso eu não teria chego até aqui.

Aos assistentes sociais, sujeitos participantes desta pesquisa, por dedicarem um momento e nos receberem de braços abertos para a contribuição da temática proposta nesta monografia.

Às queridas Professoras Cristiane Valoto Mazzo e Claudiana Tavares por terem concordado participar da nossa banca.

À todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

"Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas, nos auxiliam muito"

(Chico Xavier)

Dhébora Proença Rosa Candeu

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde, esperança e força para suportar as adversidades e angústias vivenciadas neste processo de formação.

A todos os meus professores que com seus ensinamentos foram super importantes na minha experiência acadêmica, principalmente a minha orientadora Celeste Melo da Cruz, por seus ensinamentos, dedicação, paciência e seriedade profissional o que acabou sendo fundamental na constituição deste trabalho.

A toda minha família, em especial ao meu pai Carlos Antônio do Amaral Rodrigues, por ser um exemplo de vida, determinação, superação, pelos conselhos, apoio financeiro, por ter acreditado em mim, e pela compreensão, paciência por tantas ausências longe da família.

Aos meus supervisores de campo, pelos ensinamentos, paciência, seriedade e humildade.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos de alegria, cumplicidade, por todos os momentos divididos e principalmente a minha colega de trabalho de conclusão de curso Dhébora Candeu.

As minhas professoras Cristiane Valoto Mazzo e Claudiane Tavares por terem aceitado participar de nossa banca.

Enfim a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para conclusão deste trabalho.

Ninadab de Souza Rodrigues

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

Karl Marx

CANDEU, Dhébora Proença Rosa; RODRIGUES, Ninadab de Souza. **O trabalho do Assistente Social na Gestão da Política de Assistência Social: desafios e impasses.** 2014. 69fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã. 2014.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os desafios e impasses da atuação do Assistente Social que atua na gestão da Política de Assistência Social nos municípios do Vale do Ivaí-PR. Inicialmente buscou realizar uma análise da Política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Além de apresentar o atual modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, a legislação quais sejam, a Norma Operacional Básica de 2012/SUAS e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Num segundo momento, foi realizada a discussão sobre o trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade e no âmbito do SUAS, destacando as mudanças que vem ocorrendo neste processo. No terceiro e último momento, foi realizada a pesquisa de campo, de cunho qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de compreender a visão dos Assistentes Sociais acerca do seu trabalho no Órgão Gestor, considerando as dificuldades enfrentadas, a partir de uma análise interpretativa e crítica. Tal análise demonstrou que ainda há muitos desafios a serem superados, principalmente no que se trata do entendimento acerca do significado, importância e gestão da Política de Assistência Social.

Palavras-Chave: Assistente Social. SUAS. Gestão.

CANDEU, Dhébora Proença Rosa; RODRIGUES, Ninadab de Souza. **The job of the social worker in the Management of Social Welfare Policy: challenges and dilemmas.** 2014. 69fls. Completion of course work (undergraduate Social Work) - State University of Maringá, Ivaiporã. 2014.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the challenges and dilemmas of action of the social worker who works in management for Social Welfare Policy in the municipalities of Vale do Ivaí-PR. Initially sought to conduct an analysis of the Social Assistance Policy in Brazil from the Federal Constitution of 1988. In addition to presenting the current model of management of the Unified System of Social Assistance SUAS, legislation namely, the Basic Operational Norm 2012 / SUAS Standard and Basic Operational Human Resources SUAS. Secondly, the discussion on the professional work of the social worker in contemporary times and in the SUAS was performed, highlighting the changes that have occurred in this process. In the third and final time, the field research, a qualitative study was conducted through semi-structured in order to understand the vision of Social Workers about their work in interviews Governing Body, considering the difficulties faced, from an interpretive analysis and criticism. This analysis showed that there are still many challenges to overcome, especially when it comes to understanding the meaning, importance and management of Social Welfare Policy.

Keywords: Social Worker. SUAS. Management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CF/88- Constituição Federal de 1988
CIB - Comissão Intergestores Bipartite
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especial da Assistência Social
FHC- Fernando Henrique Cardoso
ILPI's – Instituições de Longa Permanência para Idosos
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
MDS- Ministério de Desenvolvimento Social
NOB- Norma Operacional Básica
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA GÊNESE À CONSTITUIÇÃO E INSITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	14
1.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 À CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).....	14
1.2 INSTRUMENTOS NORMATIVOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
1.2.1 Política Nacional de Assistência Social	23
1.2.2 Norma Operacional Básica (2012)	28
1.2.3 Norma Operacional Básica – Recursos Humanos/SUAS.....	32
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	34
2.2 TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	38
CAPÍTULO III – GESTÃO DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO IVAÍ - PR	43
3.1 CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	43
3.2 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E IMPASSES.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE	66
APÊNDICE A.....	67
APÊNDICE B.....	68

INTRODUÇÃO

A construção do presente trabalho de conclusão de curso, e a escolha deste tema são frutos das reflexões a partir da inserção do estágio supervisionado das pesquisadoras, onde ocorreu um contato direto com a atuação profissional do Assistente Social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e principalmente técnico-operativa.

Para tanto, ficou definido como objeto de estudo “O trabalho do Assistente Social na gestão da Política de Assistência Social, tendo em vista os desafios e impasses na atuação do profissional no Órgão Gestor”. Partindo deste pressuposto, durante este processo foi possível compreender o processo de construção e concretização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como estão organizados e efetivados atualmente nos municípios pesquisados.

Perante o objeto de estudo apresentado, temos como objetivo geral compreender quais são os desafios e impasses na atuação do Assistente Social na gestão da Política de Assistência Social e como isso interfere no trabalho do mesmo. Já os objetivos específicos consistem em: analisar os desafios do cotidiano do Assistente Social em sua atuação no Órgão Gestor; compreender como se dá a relação do profissional de Serviço Social no Órgão Gestor frente aos cargos comissionados, aos gestores que têm uma formação diferenciada e demais; avaliar as dificuldades que os Assistentes Sociais enfrentam ao executar o processo de trabalho, em relação à questão dos diversos recursos, política e como isso rebate em sua atuação.

Sendo assim, no primeiro capítulo procuramos compreender a trajetória da Política Nacional de Assistência Social no Brasil e de que forma se organiza a gestão do SUAS, além de ressaltar a legislação, NOB/SUAS (2012) e NOB-RH/SUAS (2011).

Para constituição e delimitação deste estudo, foi preciso recorrer à pesquisa bibliográfica, refazendo um resgate histórico acerca da história da Assistência Social no Brasil, tendo em vista as primeiras práticas de ajuda, realizadas pelas “damas de caridade”, perpassando respectivamente pela Constituição de 1988.

Posteriormente, no segundo capítulo visamos entender o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade frente à gestão do SUAS, para além disso, a proposta do referido trabalho visou analisar a atuação do profissional de Serviço Social, considerando ainda a precarização do mundo do trabalho na contemporaneidade, o profissional na qualidade de trabalhador assalariado, a autonomia relativa e seus reflexos nesse espaço sócio ocupacional.

Já no terceiro capítulo apresentamos os resultados da coleta de dados que obtemos através dos depoimentos dos profissionais de Serviço Social que trabalham diretamente com a Política de Assistência Social no Órgão Gestor dos municípios, a fim de compreender como se dá a materialização desta Política nos municípios tendo em vista os desafios e impasses.

Sendo assim, na pesquisa de campo, de tipo qualitativa, a coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada, através de roteiro de questões abertas, onde foram entrevistados 4 (quatro) Assistentes Sociais trabalhadores do Órgão Gestor, com o intuito de produzir uma análise a partir das falas dos entrevistados.

Por fim, é esperado com esta pesquisa que a mesma possa contribuir com a discussão sobre o que é a Política de Assistência Social e mais especificamente, sobre os desafios e impasses que norteiam a atuação do Assistente Social na Gestão da Política de Assistência Social no Vale do Ivaí-PR.

CAPÍTULO I – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA GÊNESE À CONSTITUIÇÃO E INSITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

A Assistência Social no país perpassou por diferentes momentos no que diz respeito à sua composição e efetivação, suas características são construídas de acordo com cada momento histórico, marcada inicialmente a partir de uma prática assistencialista e conservadora até a materialização como política pública.

Para compreender quais são os desafios e impasses que perpassam o trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social nos municípios, faz-se necessário conhecer primeiramente a trajetória histórica da Assistência Social no Brasil.

Neste capítulo será abordada a trajetória da Política de Assistência Social no país, a constituição do Sistema Único de Assistência Social. Com o objetivo de compreender a gestão atual da Política, analisou-se as legislações como a Política Nacional de Assistência Social (2004), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2012), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2011), que foram essenciais para o processo de efetivação da Política de Assistência Social.

1.1 Política de Assistência Social: da Constituição federal de 1988 à configuração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A Assistência Social, devido seu histórico conservador principalmente devido ao vínculo com a Igreja Católica e com as damas de caridade, foi pensada comumente como benesse, voluntariado e filantropia, algo que acabou deixando resquícios que podem ser constatados até hoje. No entanto, foi só a partir da regulamentação da Constituição Federal de 1988 que esta visão foi contribuindo assim, com uma nova concepção acerca da Assistência Social esclarecendo que a mesma é uma política social, não contributiva no âmbito da seguridade social, ou seja, um direito social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

De acordo com Couto (2010) na década de 1980, no cenário brasileiro ocorreram mudanças em relação a área política, como a transição de governo militar

para civil e também no campo social, com os movimentos sociais, a redemocratização e a extensão dos direitos sociais a partir da Constituição Federal em 1988. Diante disso, com a participação da comunidade e a formulação de uma nova Constituição, o Estado passou a ser cobrado, quanto ao seu papel frente às políticas sociais.

De acordo com a autora, em 1985 ocorreu a primeira eleição pós-ditadura, ato que foi conquistado através de manifestações da sociedade civil, organizações não-governamentais, sindicatos entre outros. Assim, foi eleito para Presidente Tancredo Neves que não chegou a assumir o cargo por conta de seu falecimento, sendo substituído pelo então vice-presidente José Sarney. Durante essa gestão, mesmo com uma nova organização política no país e com o amparo da democracia, percebeu-se que a desigualdade que já existia acabou se agravando, considerando que as políticas sociais eram fragmentadas e focalizadas (COUTO, 2010).

Com a Nova República inicia-se a discussão sobre o papel do Estado frente à proteção social, em relação aos benefícios que fossem de caráter não contributivo e que fariam parte da Assistência Social, diferentemente da previdência social. (NOZABIELLI, 2008).

Apesar do governo de José Sarney não ter reconhecimento popular e força política, pela forma que foi eleito, o mesmo obteve dois atos que levaram sua gestão a ser reconhecida como o governo de transição democrática, que se deu por conta do Plano Cruzado¹ e do processo constituinte, que resultou na Constituição Federal de 1988 (NOZABIELLI, 2008). Contudo,

[...] processo de articulação das forças conservadoras, que tornaram, pela sua pressão, inacabada a reforma prevista pela Constituição, iniciou o percurso do Brasil que teve como agenda econômica, política e social as orientações de recorte teórico neoliberal (FAGNANI, 1999, *apud* COUTO, 2010, p.144).

¹ O Plano Cruzado foi um plano econômico lançado em 28 de fevereiro de 1986, durante o governo de José Sarney. Tinha como principal objetivo a redução e controle da inflação, que na época era muito elevada. Nos primeiros meses houve o controle inflacionário com o congelamento de preços. Após alguns meses, começou a faltar mercadorias nos supermercados. Como não podiam reajustar os preços, muitos empresários e fazendeiros resolveram não colocar seus produtos a venda. O resultado foi o desabastecimento no país. No final de 1986, o Plano Cruzado deixou de funcionar e a inflação voltou a crescer. ([Http://www.suapesquisa.com/economia/plano_cruzado.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/plano_cruzado.htm))

Ou seja, apesar das garantias constitucionais que foram obtidas, as mesmas não tiveram a devida atenção e foram fragmentadas pelos governos que se deram após a CF/88, devido ao neoliberalismo².

Segundo Nozabielli (2008), no ano de 1986 em tempos de reformas tanto na área de Assistência Social, como demais políticas, foi criada uma Comissão de Apoio responsável por identificar as dificuldades no campo da assistência, como por exemplo, a compreensão assistencialista, a falta de recursos, a baixa qualidade no atendimento, entre outros. Foi instruído pela comissão que a gestão governamental fosse distribuída entre as esferas de governo, priorizando os municípios e a população mais vulnerável, além de outras orientações, mas apesar disso as sugestões não foram seguidas.

A CF/88 ficou conhecida como a Constituição Cidadã³, onde foi constituída a democracia e o reconhecimento dos direitos de cidadania, promovendo assim a ampliação de direitos sociais frente às situações de vulnerabilidade social (NOZABIELLI, 2008).

No entanto, ao mesmo tempo em que a CF/88 era anunciada, o Brasil se aliava ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com o Consenso de Washington⁴. Além disso, havia a recomendação de que a esfera social deveria ser de responsabilidade da sociedade e das instituições privadas, o que ia contra aos princípios da Constituição (COUTO, 2010).

Após a CF/88 houve vários debates e aprovações frente às regulamentações da área da assistência, saúde e previdência, para tanto, a Assistência Social foi a última a ser regulamentada (NOZABIELLI, 2008).

² Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas e é entendido como um produto do liberalismo econômico clássico. O neoliberalismo defende a pouca intervenção do Estado, provocando um conjunto de medidas como política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, é contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos etc. Esta teoria econômica propõe a utilização de implementação de políticas de oferta para aumentar a produtividade, o que causa fragilidades no mundo do trabalho. ([Http://www.significados.com.br/neoliberalismo/](http://www.significados.com.br/neoliberalismo/))

³ Chamada de Constituição-Cidadã por Ulysses Guimarães, a Carta da Republica de 1988 é considerada até hoje uma das mais avançadas e democráticas do planeta, no que diz respeito aos direitos e garantias individuais do cidadão. ([Http://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2871580/constituicao-cidada](http://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2871580/constituicao-cidada))

⁴ A expressão Consenso de Washington, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. ([Http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm](http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm))

De acordo com a autora, em 1989 ocorreu o I Simpósio Nacional sobre Assistência Social que se deu como um espaço de debate com as outras áreas envolvidas com a assistência, onde foram discutidas opiniões, sugestões e desacordos em relação à definição da Lei Orgânica da Assistência Social (NOZABIELLI, 2008).

Com a nova eleição do Presidente Fernando Collor de Mello (1990), o qual apresentava um discurso político democrático, durou apenas dois anos, pois suas ações eram de cunho neoliberal, o que acabou provocando um acréscimo no desemprego, baixo salário e a queda da economia (NOZABIELLI, 2008).

Assim, as autoras percebem os anos da década de 1990 como um alto grau de vulnerabilização no trabalho, causando regressão quanto ao acesso aos direitos da classe trabalhadora, aumentando as ações filantrópicas retirando o caráter de direitos e fragmentando as políticas sociais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

Rejeição explícita do padrão de seguridade social [...] Em vista disso, o governo reiterou a tentativa da administração passada de desvincular os benefícios previdenciários e da assistência social do valor do salário mínimo; relutou em aprovar os planos de benefícios e a organização do custeio da seguridade social; vetou integralmente o projeto de lei que regulamentava a assistência social, e represou por vários meses, a concessão de benefícios previdenciários (PEREIRA, 2000, *apud* COUTO, 2010, p.163).

Ou seja, as propostas do governo Collor que se mostravam democráticas não foram cumpridas, para, além disso, os escândalos de corrupção e nepotismo em sua gestão gerou uma manifestação popular que o retirou do poder pelo processo de *impeachment*⁵.

Com a interrupção do mandato de Collor, assumiu a presidência o então vice-presidente Itamar Franco (1992-1994), que deu como prioridade o âmbito econômico, o déficit público e a inflação da época. Frente à sua prioridade, o governo lançou o Plano Real com a intenção de conter os problemas econômicos, com metas que iam contra o que era previsto na CF/88. Para tanto, na área social,

⁵ Impeachment é uma expressão inglesa usada para designar a cassação de um chefe do Poder Executivo. Significa também impedimento, impugnação de mandato, retirar do cargo uma autoridade pública do poder Executivo. A execução do Impeachment pode ser realizada quando o chefe do Poder Executivo comete alguma violação, tais como abuso de poder, crime de responsabilidade, crime comum, violação da constituição, perda de confiança entre outras. Esse processo pode acontecer na esfera nacional, estadual e municipal, sempre gerenciado pelo Poder Legislativo. ([Http://www.brasilecola.com/politica/impeachment.htm](http://www.brasilecola.com/politica/impeachment.htm))

as ações eram praticamente nulas, do mesmo modo em que se deu nos outros governos (COUTO, 2010).

Segundo as autoras, pode-se perceber que “nestes anos em que se aprofundaram desigualdades e exclusões, a análise do desempenho concreto da assistência social como política de segurança aponta para desacertos e adequações ao ambiente neoliberal” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p.37).

Contudo, com as manifestações da população e a pressão do Ministério Público frente à indiferença com as políticas sociais públicas, o governo de Itamar Franco acabou por aprovar a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei 8.742/93 (NOZABIELLI, 2008).

A abrangência e o significado da assistência social, a partir de então, são configurados por distinguir o direito, a qualquer cidadão brasileiro, aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, até então desconhecidos categoricamente ou mesmo negligenciados. Devido ao seu caráter não contributivo, e seu conteúdo não mercantil, a cobertura do campo socioassistencial a partir da LOAS visa assegurar a redução ou a eliminação de vulnerabilidades que fragilizam a resistência do cidadão e da família, ao processo de exclusão sociocultural, dedicando-se ao fomento das ações impulsionadoras do desenvolvimento de potencialidades essenciais à conquista da autonomia (LOPES, 2006, p.77).

Com a regulamentação da LOAS, ocorreu a normatização da forma descentralizada da Assistência Social. Porém, neste momento na sociedade brasileira se introduzia a política neoliberal, não contemplando as indicações postas na Carta Constitucional de 1988, pelo contrário, as políticas implementadas tinham como foco a estabilização da economia, sendo pensadas, gerenciadas e elaboradas políticas sociais seletivas e focalizadas, voltadas apenas para a população extremamente pobre. É neste cenário que a PNAS/SUAS está em processo de elaboração (LOPES, 2006).

Para tanto, ainda na gestão de Itamar Franco foi criado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS/94), ressaltando que essa ação foi a única medida tomada em relação à LOAS, dando início a debates acerca da filantropia e política nacional (NOZABIELLI, 2008).

A autora ressalta ainda que em 1995, assume a presidência o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que permaneceu no governo por dois mandatos contínuos (1995-1998 e 1999-2002). Em seu governo inicialmente

procurou reduzir a inflação, acabar com a corrupção, clientelismo e reduzir os números de funcionários do Estado (NOZABIELLI, 2008).

Conforme Couto (2010), apesar de suas iniciativas serem a favor da saúde, educação, emprego, cultura e segurança que garantiriam os direitos constitucionais, suas medidas acabaram por priorizar apenas a esfera econômica. Além disso, suas ações eram contraditórias, visto que o mesmo dizia romper com o clientelismo, porém, realizava trocas de favores em sua gestão.

Ainda no governo de FHC, as ações voltaram a ter caráter assistencialista, transferindo a responsabilidade de programas sociais do Estado e repassando para as instituições privadas. Assim, pode-se perceber que desde o governo de Sarney até o de Fernando Henrique Cardoso, as ações eram voltadas para o âmbito econômico, tendo até mesmo a intenção de reestruturar a Constituição de acordo com seus interesses (COUTO, 2010).

A forma assistencialista como se apresenta a assistência social no Brasil por ser analisada a partir da constatação de que: do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na assistência social vem se apresentando como espaço propício a ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e a formação de redutos eleitorais [...]. Em outras palavras, tratamos aqui de uma espécie de 'cultura política' que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação (YAZBEK, 1993, *apud* COUTO, 2010, p.41).

Percebe-se que o governo de FHC fez com que a área da assistência social permanecesse ao mesmo tempo no conservadorismo histórico como na modernidade neoliberal, e isso acarretou a ausência de desenvolvimento na área social (NOZABIELLI, 2008).

Nozabielli (2008) explicita que em 2003, ocorre eleição para a Presidência do maior representante dos trabalhadores, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva é eleito. Importa ressaltar que, a eleição ocorreu através estratégias de apoio tanto da esquerda como da direita, em meio aos sindicatos e movimentos populares.

Foi nessa gestão que as políticas sociais receberam uma atenção maior, onde se entendeu que a Assistência Social não era de responsabilidade apenas da sociedade, mas principalmente do Estado, como preconiza a Constituição Federal de 1988. A partir disso, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social em

dezembro de 2003 em Brasília, que tinha como foco a construção de uma nova Política de Assistência Social.

Diante disso as autoras ressaltam que, dentre as várias discussões realizadas nesta Conferência, de acordo com os princípios da Constituição Federal de 1988 e das diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993), foi deliberada a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando proporcionar o acesso aos direitos para todos, frente à proteção social, um sistema que articulasse as relações entre as esferas de governo, visando o avanço da área social (NOZABIELLI, 2008; LOPES, 2006).

Em 2004 ocorreu então, a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de organizar e articular as ações das políticas públicas sociais, que juntamente com o SUAS e os demais gestores da Política de Assistência Social deveriam contribuir para o enfrentamento frente às crescentes demandas sociais (LOPES, 2006).

Para tanto, advinda da proposta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pela Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), contendo em sua estrutura o SUAS como um modelo descentralizado de gestão (PNAS, 2004). Assim, a partir do SUAS:

[...] coloca-se em perspectiva uma nova lógica de gestão que exigirá o aprofundamento de sua concepção e o fortalecimento de um Estado Nacional que seja capaz de impulsionar, pela força dos movimentos sociais e do compromisso ético-político dos sujeitos que se inscrevem no campo socioassistencial, processos democratizantes visando a ampliação e a consolidação dos direitos. (SILVEIRA, 2007, p.61)

Diante disso, o SUAS se revela um sistema público que possibilita a articulação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, nas três esferas de governo, elementos que são indispensáveis para efetivação da Política de Assistência Social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

O artigo 11º da LOAS coloca, ainda que as ações das três esferas de governo na área da assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera Federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (PNAS, 2004, p.37).

Assim, o mesmo foi criado como uma ferramenta de gestão dos municípios, que funciona a partir de co-financiamentos, onde os programas e projetos são organizados e ofertados para a população usuária visando garantir o acesso aos direitos, de acordo com os princípios postos na CF/88, na LOAS e PNAS, respeitando as diferenças regionais, étnicas e políticas, em cada gestão. Para realização das ações, procura-se entender as desigualdades, vulnerabilidades e características dos municípios e das regiões (PNAS, 2004).

Para tanto, o SUAS contém em sua estrutura a centralidade nas ações socioassistenciais do Estado, o que é de suma importância, pois garante uma melhor realização dos serviços. Porém, existe uma problemática a ser enfrentada que é a superação da ideia de que as ações da assistência advêm de boa vontade e filantropia (SANTOS, 2010).

Conforme Silveira (2007), após a regulamentação legal do SUAS através da NOB/SUAS, se desenvolveu os serviços socioassistenciais, com o intuito de superar os atendimentos fragmentados e os problemas sociais, visando a universalização dos direitos. Assim, surge um novo modo de organização, que amplia os recursos e apresenta como e de que forma o mesmo deve ser gasto.

O SUAS surge como um novo modelo de gestão, onde os profissionais devem seguir várias determinações, como por exemplo, a implantação de conselhos que fiscalizem as ações vinculadas às políticas de assistência. Para tanto, as ações desenvolvidas devem promover o acesso às políticas sociais que se estabelecem de forma coletiva, atendendo não apenas o usuário de forma individual, mas visando toda a família e o meio no qual está inserido indo além da aparência (COUTO, 2009).

Frente a implantação do SUAS, afirma Yazbek:

Este conjunto, sem dúvida, vem criando uma nova arquitetura institucional e ética política para a Assistência Social brasileira. A partir dessa arquitetura e das mediações que tecem podemos efetivamente, realizar, na esfera pública, direitos concernentes à Assistência Social (YAZBEK, 2007 *apud* SANTOS, 2010, p.54).

Pode-se considerar que a efetivação do SUAS no cenário brasileiro foi um marco histórico, que através de estratégias realizou uma articulação entre a agenda pública e as demais políticas, contribuindo para a participação popular (SILVEIRA, 2007).

De acordo com a PNAS (2004) para execução do SUAS, o mesmo se utiliza de quatro instrumentos que têm como função auxiliar o processo de gestão, são eles:

O *Plano de Assistência Social* é um instrumento que é elaborado pelo gestor e que deve ser aprovado pelo CMAS, e tem como objetivo instituir e organizar a Política de Assistência Social no município estipulando quais ações são de maior importância. Planeja ações articuladas, viabiliza a inclusão à Política de Assistência Social nos municípios e proporciona a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com a realidade das famílias. Diante disso, sua elaboração se dá a partir de um diagnóstico da realidade do município, exigindo criatividade do profissional buscando táticas que resolvam os problemas sociais, reconhecendo assim quais os tipos de serviços e políticas na região, se baseando em leis, resoluções e deliberações resultantes de conferências e conselhos de assistência. Sua elaboração é realizada para o prazo de uma gestão, devendo ser revisado anualmente a partir de um Plano de Ação.

O *financiamento* é determinado a partir de um planejamento que ocorre através do *Orçamento* plurianual, que irá expor quais valores poderão ser gastos nas ações determinadas pelo Órgão Gestor, após serem aprovados pelos conselhos de acordo com a Lei nº 4.320/64, conforme determina a LOAS. Assim, os instrumentos de planejamento orçamentário são divididos em três partes, sendo elas: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A *Gestão da informação* é de suma importância para a efetivação do SUAS, pois tem como função dar condições estruturais para as ações de gestão, *monitoramento e avaliação*, realizando e disseminando a informação que são dadas pelo MDS, onde são de acesso nos portais federais. Para tanto, todo município deve ter um sistema de cadastro que contenha os dados das pessoas atendidas pela rede de serviços, facilitando a articulação entre as entidades. No que diz respeito ao monitoramento e avaliação, o mesmo tem como objetivo verificar a qualidade e resultados dos serviços através de indicadores comuns.

Por último apresentamos o *Relatório Anual de Gestão*, que é elaborado pelos gestores e que tem como objetivo avaliar e divulgar as ações realizadas anualmente como prestação de contas ao Ministério Público e a população em geral, de acordo

com as metas estabelecidas, considerando os recursos dos três níveis de governo, devendo ser aprovado pelo conselho (PNAS, 2004).

Diante disso, a NOB/SUAS afirma:

Os instrumentos de gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento técnico e financeiro da Política e do SUAS, nas três esferas de governo, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial [...] (NOB, 2005, p.44).

Esses instrumentos são de suma importância para efetivação do SUAS, devendo estar articulados na atuação profissional de acordo com o meio que está inserido. Além da utilização desses instrumentais, é importante que o profissional de Serviço Social esteja em constante qualificação e atualização, tendo como objetivo romper com a visão conservadora e atuação tecnicista, que ainda permeia os serviços socioassistenciais.

Assim, verifica-se que a discussão em torno da Política de Assistência Social brasileira tem como centralidade programas que visam garantir a subsistência, por meio da transferência de renda, ou de ações a fim de garantir a autonomia dos sujeitos. Porém enquanto política, a Assistência Social ainda tem muito que caminhar considerando que os programas e projetos ofertados são criteriosos e seletivos, não abarcando toda a população “que dela necessita”.

1.2 Instrumentos normativos do Sistema Único de Assistência Social

1.2.1 Política Nacional de Assistência Social

A aprovação da PNAS, através da Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, se deu a partir das discussões entre os profissionais de Serviço Social, gestores e conselheiros, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, materializando as diretrizes e os princípios da LOAS, tendo a Assistência Social como uma Política de Proteção Social no Brasil (SANTOS, 2010).

A PNAS em suas diretrizes deixa clara a responsabilidade do Estado sobre a Assistência Social como um direito de cidadania, como um modelo de gestão descentralizada onde as atribuições dos três níveis de governo são explicitadas de acordo com o que está posto na LOAS e nas NOB's, bem como a participação da população por meio dos Conselhos, no planejamento das políticas e na fiscalização das ações, prezando a matricialidade familiar na construção das ações políticas.

Assim afirma Couto: “A *Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o SUAS, em especial em seu modo de gestão, repõem a necessidade de enfrentar o desafio de dar materialidade à política, conforme os preceitos da LOAS.*” (Couto, 2009, p.206).

Visando a integração entre as políticas com a intenção de garantir os mínimos sociais e a universalização dos direitos, a PNAS tem como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS/PNAS, 2004, p.27).

Estes objetivos visam promover a integração das políticas, como a saúde, educação, habitação, trabalho, transporte, esporte, cultura e lazer, desenvolvendo ações que superem as disparidades sociais, garantindo um atendimento mais potencializado aos usuários, tratando a população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade, com os laços afetivos rompidos, que sofrem ou sofreram algum tipo de violência ou exclusão, que não são incluídos no mercado de trabalho formal ou informal, abrangendo os vários usuários da política (PNAS, 2004).

De acordo com a PNAS, existem dois níveis de Proteção distintos que devem prover um conjunto de medidas que venham prevenir ou diminuir os riscos e vulnerabilidades sociais de seus usuários: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que são organizadas pelo SUAS como ações da Assistência Social. A primeira apresenta ações de caráter preventivo e desenvolvimento da inclusão social, como:

[...] prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras) (PNAS, 2004, p. 27).

As ações de Proteção Social Básica são desenvolvidas pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e por entidades assistenciais vinculadas

ao mesmo, sob coordenação do Órgão Gestor. Segundo a PNAS, o trabalho do CRAS é voltado as famílias mais vulneráveis, tendo como objetivo a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, protegendo, orientando e incentivando a Inclusão Social. Para tanto, os profissionais atuam de forma articulada, executando serviços básicos, que são de preferência localizados em territórios de maior vulnerabilidade (PNAS, 2004).

Os serviços de Proteção Social Especial são desenvolvidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, e são voltados para aqueles indivíduos ou famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal ou social, cujos direitos foram violados ou que os laços familiares e comunitários tenham sido rompidos. Atuam diretamente atrelados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma coordenação mais complexa. As atividades são divididas entre média e alta complexidade, onde a primeira é direcionada para aquelas famílias cujos direitos tenham sido feridos, porém ainda existam laços familiares e comunitários. Já as de alta complexidade são direcionadas para garantir a proteção integral para aquelas famílias ou indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaças, que necessitam ser removidos do seu convívio social e familiar (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

A proteção social especial é modalidade de atendimento de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p.31).

Na PNAS, existem *seguranças* que devem ser garantidas nos Serviços de Proteção Social que previnam ou cubram riscos e fragilidades sociais. De acordo com Couto (2009), são elas:

- *Segurança de acolhida*: são realizadas ações de recepções, com profissionais qualificados em ambiente acolhedor e adequado, em especial no ambiente de escuta profissional resguardando o sigilo frente ao usuário, como também a oferta de serviços socioassistenciais, concessão de benefícios, e lugares de estadias para famílias ou indivíduos, por um período que se faça necessário.
- *Segurança social de renda*: é vinculado a concessão de benefícios mediante condicionalidades, para aquelas famílias e indivíduos que não possam

prover sua subsistência ou que sejam incapacitados para o trabalho, como por exemplo, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

- *Segurança de convívio*: são realizadas ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, visando a inserção dos usuários em questões de interesses comuns na vida em sociedade.

- *Segurança de desenvolvimento da autonomia*: visa o progresso das capacidades e aptidões do indivíduo, para que o mesmo alcance dignidade, liberdade e independência social e política.

- *Segurança de benefícios materiais ou em pecúnia*: são desenvolvidas ações de caráter provisório para aquelas famílias ou indivíduos em condições de riscos e vulnerabilidades circunstanciais ou de calamidade pública (desastres naturais como no caso de enchentes, que atinjam boa parte da população, deixando-os desalojados ou desabrigados). São ofertados também os auxílios funeral e auxílio natalidade, no caso de morte ou nascimento.

A PNAS e o SUAS, superam a fragmentação dos atendimentos aos usuários da política e trabalham com indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos. Assim, merecem serem evidenciados os princípios da proteção social de Assistência Social, de acordo com a PNAS (2004), que contribuem para um melhor desenvolvimento humano e de cidadania:

- *Matricialidade Sócio-Familiar*, expressa que a base da proteção social está na família visando a garantia de direitos, devido aos processos de exclusão e vulnerabilidade social. Deste modo, as ações visam promover o fortalecimento, proteção e apoio as famílias, sua autonomia, garantido subsistência, amparando suas necessidades e interesses no núcleo familiar e comunitário.

- *A Territorialização*, se refere aos vários fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de fragilidade, risco pessoal e social, assim a proteção social visa garantir proteção contra os riscos, atuando no planejamento da rede de serviços, de acordo com a localização dos territórios com maiores ocorrências de fragilidades e riscos.

- *Proteção pró-ativa*, são ações desenvolvidas na proteção social básica para diminuir os riscos e danos sociais.

- *Integração à segurança social*, afirma a articulação da Assistência Social com a Saúde e a Previdência, que se completam afim de assegurar os direitos da população.

- *Integração às políticas sociais e econômicas*, diz respeito sobre a gestão da Assistência Social onde a articulação entre as políticas sociais e econômicas devem ocorrer de acordo com os acontecimentos na sociedade.

Esses princípios têm como objetivo desenvolver ações voltadas aos usuários, assegurando seus direitos, proteção, fortalecimento, visando um melhor funcionamento do SUAS, garantindo a implementação e a gestão da Política de Assistência Social.

Segundo a PNAS, o financiamento da Política de Assistência Social ocorre por transferências do Fundo Nacional da Assistência Social para o Fundo Municipal da Assistência Social, mediante as contribuições da sociedade civil de forma direta ou indireta, para manutenção dos serviços executados (PNAS, 2004).

Santos (2010) explica que o repasse de fundo a fundo depende dos três níveis de governo, onde existe a participação e a fiscalização da comunidade, que ocorre através da atuação nos conselhos da Assistência Social. No entanto a participação da população dentro dos conselhos ainda é um desafio, pois muitos não compreendem a importância do conselho e qual a função do mesmo, ao ponto de alguns que fazem parte do conselho apenas participem de corpo presente, sem opinar ou questionar.

Conforme afirma a autora: *“A PNAS de 2004 exige a participação efetiva da população usuária na gestão e organização dos serviços prestados, através de suas representatividades nos conselhos de Assistência Social, em suas respectivas esferas de governo”* (SANTOS, 2010, p.54).

A PNAS entende que os profissionais que trabalham com a Política de Assistência, devem se qualificar e capacitar para que superem a visão de filantropia, de imediatismo, e que procurem ter ações mais comprometidas frente à população (SANTOS, 2010).

Conforme ainda o autor, um dos desafios que a Assistência Social ainda enfrenta, é a visão assistencialista que a população tem frente às ações realizadas pelas instituições que executam a Política de Assistência, não reconhecendo o que lhe é de direito. Para tanto, a Assistência Social nasce enraizada na *“matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura*

política do país, sobretudo no trato das classes subalternas” (YAZBEK, 2006 apud SANTOS, 2010, p.51).

1.2.2 Norma Operacional Básica (2012)

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, surge para organizar e normatizar as diretrizes da gestão pública, a partir dos serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social, determinando as ações das três esferas de governo de acordo com o que preconiza a CF/88 e a LOAS, possibilitando um serviço público de qualidade frente a implantação do SUAS (BRASIL, 2012).

Em 1997 foi aprovada a primeira NOB/SUAS, pela Resolução CNAS n.º 204, de 04/12/1997, trazendo em um único documento o processo de descentralização das esferas de Governo e o modo de organização para o financiamento das ações (BRASIL, 2012).

Já em 1998, passa a ser aprovada a segunda NOB/SUAS, pela Resolução CNAS n.º 207, de 16/12/1998, progredindo para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social, apresentando um melhor aprimoramento quanto ao financiamento e critérios de partilha dos recursos da política, encargos dos entes federados e modelos de gestão, procedimentos para habilitação, competências dos Conselhos de Assistência Social e das Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartites⁶ como instâncias de negociação e pactuação (BRASIL, 2012).

Segundo Nozabilelli (2008), a partir das NOB/97 e NOB/98 iniciou uma discussão em relação a forma de organização da Assistência Social. Contudo, foi

⁶ Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite: A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela é formada pelas três instâncias do Suas: a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); os estados, representados pelo Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social (Fonseas); e os municípios, representados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). A CIT viabiliza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), caracterizando-se como instância de negociação e pactuação de aspectos operacionais da gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Ela mantém contato permanente com as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), para a troca de informações sobre o processo de descentralização. Entre suas principais funções estão pactuar estratégias para implantação e operacionalização; estabelecer acordos sobre questões operacionais da implantação dos serviços, programas, projetos e benefícios; atuar como fórum de pactuação de instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e regulamentação; pactuar os critérios e procedimentos de transferência de recursos para cofinanciamentos; entre muitas outras. ([Http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cit](http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cit))

com a NOB/2005 que ocorreu um avanço considerável frente a estruturação da Política de Assistência Social, trazendo importantes eixos para o desenvolvimento da política, como:

[...] pacto federativo, proteção social; vigilância social, e a defesa social e institucional, como funções públicas de assistência social; a matricialidadesociofamiliar; a descentralização e a territorialização; a constituição da rede de serviços socioassistenciais; o controle social; o financiamento com base no território e na complexidade de serviços; a definição de uma política de recursos humanos; e a produção de ferramentas de informação, monitoramento e avaliação. (Nozabielli, 2008, p.93)

Diante disso a NOB/SUAS 2005, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005, trouxe conquistas que sinalizadas pelas NOB's anteriores, colocando sobre os níveis de gestão, responsabilidades dos entes federados, instrumentos de gestão, as competências das instâncias de pactuação e deliberação, atualização frente ao co-financiamento e critérios de partilha de acordo com o SUAS. Para tanto,

[...] a NOB-SUAS/2005 representou um marco fundamental na estruturação da Política Pública de Assistência Social, imprimindo um grande salto quantitativo na implantação de serviços socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como base critérios de partilha transparentes e objetivos, adequados à distribuição territorial das populações vulneráveis, com a alocação equitativa do cofinanciamento federal e a possibilidade de superação das distorções regionais históricas (BRASIL, 2012).

Segundo a NOB, na Política de Assistência Social existem três níveis de gestão, que são eles: inicial, básica e plena, níveis estes que norteiam todo território brasileiro, e que são determinados de acordo com o índice de desenvolvimento do SUAS – ID/SUAS, sendo este verificado a partir Censo SUAS, MDS, REDE SUAS, através do alcance das metas estabelecidas em cada município. Todo este processo acabou sendo determinado através da Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 08/2010 determinando os encargos, apoios e condições para a aquisição do SUAS (BRASIL, 2012).

Para tanto, a NOB/2005 preconizou frente ao financiamento da política, o repasse Fundo a Fundo tornando possível a transferência de recursos do Fundo Federal para os Estaduais, Municipais e Distrito Federal.

A lógica de financiamento da assistência social, trazida pela norma operacional de 2005, introduziu o repasse por pisos de proteção, zelando pela garantia da oferta permanente de serviços socioassistenciais, com base na capacidade de atendimento, e não

mais pela quantidade e modalidade de atendimento. Instituiu a transferência regular e automática fundo a fundo, do Fundo Nacional para os Fundos Municipais, do Distrito Federal e Estaduais de Assistência Social e simplificou os instrumentos de repasse e prestação de contas do cofinanciamento federal, rompendo com a relação convencional tradicional (BRASIL, 2012).

Em 2012, foi analisada a necessidade de uma nova revisão da NOB, com o objetivo de adicionar as conquistas e as melhorias dos últimos anos, como a organização da Assistência Social em um Sistema descentralizado e participativo (BRASIL, 2012).

Diante disso, a nova NOB/SUAS 2012 foi elaborada a partir de uma ampla discussão que se iniciou entre a Comissão Intergestores Tripartite - CIT e a Comissão Intergestores Bipartite - CIB, a partir de reuniões em todos os Estados brasileiros no ano de 2010. A partir disso, a mesma possibilita entender a organização do SUAS, gerando progressos relacionadas à Política de Assistência Social (BRASIL, 2012).

A Norma Operacional Básica – (NOB/SUAS 2012) considerou em sua construção as sugestões encaminhadas por meio de consulta pública, por eventos realizados em todo o Brasil com gestores, técnicos e conselheiros estaduais, do Distrito Federal e municipais, pelas recomendações das Comissões Intergestores Bipartites – CIB, por debates e pactuação da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, contribuições dos núcleos de estudos, pesquisas e centros acadêmicos de diferentes regiões do país, além de contribuições por mensagem eletrônica, entre outros (BRASIL, 2012).

Assim, a deliberação da NOB/SUAS 2012, ocorreu mediante Resolução nº33 de 12 de dezembro de 2012, promovendo avanços frente à Política Nacional de Assistência Social, compartilhando os mesmos objetivos e articulando o desenvolvimento econômico com o social revelando assim um novo olhar sob a população que apresenta vulnerabilidades, colocando decisivamente a responsabilidade para o Estado, livre de contribuição prévia. Diante disso, o Estado aparece como o maior responsável pelos recursos de financiamento da Política de Assistência Social e define os valores destinados às ações em cada esfera de governo. Diante disso,

[...] a NOB SUAS 2012 reafirma a política de assistência social como política de Seguridade Social, afiançadora de direitos, tal como consagrado pela Constituição Federal de 1988 e representa, sem dúvida, uma conquista do Estado, gestores, conselhos,

trabalhadores, especialistas, e também da população brasileira, em especial, daquela atendida pelo SUAS (BRASIL, 2013).

Como forma de qualificar melhor a gestão, a NOB considera importante que ocorra um compromisso entre os entes federados, a partir da construção do Plano Plurianual (PPA) para um período de quatro anos, que seja revisado anualmente, permitindo assim, um maior controle sobre as ações realizadas pelo governo (BRASIL, 2012).

Art.23. O Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2012).

Institui também a realização do Plano de Providência, que tem por objetivo organizar ações que possibilitem superar os impasses de acordo com cada gestão. Em relação aos municípios, o mesmo deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite, tendo o acompanhamento realizado pelo Estado por meio de sistemas informatizados (BRASIL, 2012).

Art. 40. O Plano de Providências constitui-se em instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a ser elaborado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com atribuições, dentre outras, de:

- I - identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias, nas denúncias, no Censo SUAS, entre outros;
- II - definir ações para superação das dificuldades encontradas;
- III - indicar os responsáveis por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento (BRASIL, 2012).

A nova NOB também coloca, que a CIB e a CIT devem se manter a partir de recursos advindos dos órgãos gestores federais e estaduais, promovendo assim um bom desempenho da mesma. Preconiza ainda o fornecimento de recursos aos Conselhos, pelos órgãos gestores da Assistência Social no âmbito de cada esfera de governo, podendo estes recursos advir do IGD/SUAS e do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Conforme preconiza o Art.128

§1º Os órgãos gestores federal e estaduais devem prover às respectivas comissões intergestores: infraestrutura e recursos materiais, humanos e financeiros para viabilizar o seu efetivo funcionamento, inclusive arcando com as despesas de passagens, traslados, alimentação e hospedagem de seus membros quando da

realização de reuniões, câmaras técnicas ou comissões e de sua representação em eventos (BRASIL, 2012).

Portanto, a NOB/SUAS 2012 é uma ferramenta fundamental que orienta os trabalhadores do SUAS, fortalecendo sua implantação, visando um serviço público de qualidade frente ao atendimento da demanda da população.

1.2.3 Norma Operacional Básica – Recursos Humanos/SUAS

A NOB-RH/SUAS, foi aprovada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 do CNAS, tendo como finalidade preconizar elementos relevantes da gestão pública do trabalho e sugerir formas que orientem os gestores, trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais, expondo as primeiras diretrizes para a política de gestão do trabalho (NOB-RH/SUAS, 2011).

Para tanto, para a consolidação do SUAS e da Política de Assistência Social, é de suma importância uma oferta dos serviços socioassistenciais que ocorra de forma contínua e de qualidade, respeitando o usuário. Como afirma a NOB-RH/SUAS:

Ou seja, sempre que o cidadão tiver uma necessidade de proteção de assistência social haverá um serviço para atendê-lo. Isso produz para o cidadão um sentimento de segurança a partir do qual ele pode afirmar “se eu precisar, sei que posso contar!” (2011, p.29).

Diante disso, a importância da construção de uma equipe mínima de referência para a efetivação de serviços adequados, com profissionais qualificados, de diferentes áreas visando um objetivo em comum, prezando que sejam trabalhadores efetivos no intuito de preservar os vínculos com os usuários (NOB-RH/SUAS, 2011).

As equipes de referência devem ser definidas de acordo com o que preconiza a NOB-RH/SUAS e conforme a realidade da gestão e as necessidades da população, sendo estas responsáveis pelo número de famílias referenciadas dependendo da situação de vulnerabilidade e do tipo de proteção social (NOB-RH/SUAS, 2011).

As equipes de referência do CRAS e CREAS são:

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS							
Pequeno Porte I			Pequeno Porte II			Médio, Grande, Metr�pole e DF	
Até	2.500	famílias	Até	3.500	famílias	A	cada 5.000 famílias

referenciadas	referenciadas	referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

(NOB-RH/SUAS, 2006)

Assim, verifica-se que a legislação, NOB-RH/SUAS, determina em sua estrutura como deve ser composta as equipes de referência do CRAS, CREAS, Atendimento em Pequenos Grupos, Família Acolhedora, República e ILPI's, as quais são responsáveis pela "oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial", contudo, pode-se perceber que a mesma não deixa claro como deve ser composta a equipe de referência do Órgão Gestor e não coloca como obrigatório a contratação do profissional de Serviço Social, dificultando assim a inserção deste profissional neste espaço (NOB-RH/SUAS, 2011).

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste segundo capítulo analisaremos o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade e no âmbito do SUAS, demonstrando as mudanças decorrentes deste processo, além disso, iremos discutir o profissional na qualidade de trabalhador assalariado, e como esta realidade interfere em sua autonomia e conseqüentemente na sua atuação profissional.

2.1 Breves considerações sobre o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade

A partir da década de 1990 podemos analisar que a sociedade vem sofrendo mudanças frequentes no âmbito econômico, político e social devido a mundialização do capital e ao ideário neoliberal, fenômeno este que gerou transformações estruturais no campo do trabalho, ocasionando o redimensionamento das relações do trabalho profissional (PEIXOTO; REIS, 2010). Conforme afirma Iamamoto:

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada (IAMAMOTO, 2009, p.14).

Assim, este processo que atinge as condições de vida da classe trabalhadora pode ser evidenciado através das desigualdades, do desemprego e do grande capital internacional. É frente a esta realidade que a classe trabalhadora busca reivindicar seus direitos, para tanto, o Estado investe em ações de cunho assistencialistas com programas focalizados, visando a população mais pobre (IAMAMOTO, 2009).

Para tanto, os assistentes sociais se vêm *“situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, os quais não é possível deles abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”* (IAMAMOTO, 2004 apud PEIXOTO; REIS, 2010, p.288).

Como consequência do projeto neoliberal ocorre uma fragmentação no âmbito dos direitos sociais e econômicos, com o processo de privatização dos serviços que antes eram ofertados pelo Estado prejudicando os trabalhadores e consequentemente atingindo os profissionais de Serviço Social na condição de profissionais que contribuem no acesso aos direitos sociais (PIANA, 2009).

Este contexto da sociedade brasileira, mostra o quão era importante a discussão frente aos direitos sociais. Sendo assim fica entendido que a categoria profissional deve lutar pela efetivação dos direitos, e ir contra o sistema capitalista (IAMAMOTO, 2009).

Conforme afirmam Peixoto e Reis (2010, p.288): *“Daí a necessidade a partir de uma perspectiva crítica e refletir sobre a centralidade do trabalho na constituição dos indivíduos sociais e como categoria fundante do ser social [...]”*

Assim, através dos movimentos de lutas por parte da classe trabalhadora, por uma sociedade mais democrática e pela regulamentação da Constituição Federal de 1988, houve o processo de ruptura do conservadorismo profissional. Processo este que levou a criação, dentre as décadas 1970 aos 1980, das bases para a construção do Projeto Profissional atual – Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social – brasileiro na década de 1990 (IAMAMOTO, 2009). Segundo Netto, os projetos profissionais:

[...] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Para tanto, podemos afirmar que foi após um conjunto de regulamentações, como o novo Código de Ética Profissional (1993), as Diretrizes Curriculares (1996) e a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que o projeto profissional se consolidou na esfera da institucionalidade, sendo uma construção crítica e inovadora, fundamentado na teoria marxiana e na tradição marxista.

A Lei que Regulamenta a Profissão nº 8.662, de 07 de junho de 1993, trata nos artigos 4º e 5º das competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social. As competências segundo lamamoto (2009), são a capacidade de

realizar ações e buscar soluções, de acordo com a demanda, não sendo exclusivas apenas do Assistente Social, mas também de profissionais capacitados.

Quanto às atribuições, estas são de caráter exclusivo ao profissional de Serviço Social.

Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CRESS-PR, 2007, p.7)

Art. 5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

V. – assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII –dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

- IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII – ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CRESS-PR, 2007, p.8)

Contudo, apesar deste avanço com a Lei que Regulamenta a Profissão, que detalha e ampara legalmente sobre suas atribuições e competências, Código de Ética, o profissional de Serviço Social encontra desafios por ser um trabalhador assalariado, que necessita vender sua força de trabalho, e diante disso, tem uma relativa autonomia nos espaços sócios ocupacionais. Conforme afirma Iamamoto:

Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (2009, p.08).

O profissional de serviço social, frente à legislação, é considerado um “trabalhador liberal”, no entanto, em seu exercício profissional o mesmo, por ser um trabalhador assalariado, como citado anteriormente, se vê em contradição frente às regulações institucionais e trabalhistas que são impostas à ele. Diante disso, os empregadores acabam também definindo quais serão suas obrigações dentro da instituição. Conforme alega a autora:

Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2009, p.32).

Diante disso, as mudanças que ocorrem no campo do trabalho e na relação entre o Estado e a sociedade, provocam o agravamento da questão social e afetam o exercício profissional do Assistente Social.

O trabalho profissional é, pois, parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade, operando a prestação de serviços sociais que atendem a necessidades sociais e realizando, nesse processo, práticas sócio-educativas, de caráter político-ideológico, que interferem no processo de reprodução de condições de vida de grandes segmentos populacionais alvos das políticas sociais (IAMAMOTO, 2009, p.21).

A partir disso, podemos analisar que o assistente social é um profissional que deve ampliar suas habilidades de compreender a realidade, realizar ações assentadas no tripé teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com o objetivo de solucionar as demandas que se apresentam pela população usuária, visando promover os direitos sociais. Ou seja, segundo Iamamoto (2009), o Assistente Social que na contemporaneidade é um profissional que atua desde o planejamento, gestão, avaliação, até a execução das políticas sociais e atua diretamente com a população usuária, por isso, atualmente exige-se que o mesmo seja:

[...] um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO, 2000 apud PIANA, 2009, p.100).

Sendo assim, a atuação do profissional como Assistente Social deve ser competente para construir propostas frente sua instituição de trabalho, desenvolvendo suas habilidades afim de ultrapassar as atividades do cotidiano e compreender a realidade posta, transformando em ações efetivas que promovam direitos frente à população em condição vulnerável.

2.2 Trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social

De acordo com Guerra (2011), o contexto histórico no qual se insere o Serviço Social, aponta para lutas quanto à efetivação dos direitos sociais e a elaboração da Política de Assistência Social, iniciando na Constituição Federal de 1988, em seguida com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/93), depois com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04) e finalmente com a implantação do SUAS.

Segundo Raichelis (2010), com a implantação do SUAS, ampliou as áreas de trabalho do assistente social no Brasil, por ser um processo que adentrou todo o país. Diante disso, houve a necessidade de um profissional que tivesse outras qualificações frente aos serviços públicos no campo social, onde o assistente social passa a executar ações de formulação, planejamento, assessoria, monitoramento e avaliação. Como explicita Raichelis:

Trata-se, pois, de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas, de modo a não sucumbir ao discurso competente (2010, p.753).

Diante disso, com essas demandas também cresce a fragilidade das circunstâncias em que o trabalho acontece, onde muitos Assistentes Sociais não têm vínculos efetivo, permeado de inseguranças por ser contratado ou mesmo estar em cargo comissionado. Além disso, deve se levar em conta que o assistente social é um trabalhador assalariado, que acaba tendo que se submeter as condições das instituições contratantes, limitando sua autonomia e precarizando seu processo de trabalho.

Frente a essa relativa autonomia, o profissional então, encontra-se inserido numa correlação de forças e interesses das instituições. Como afirma Guerra:

As demandas são definidas a partir da inserção sócio-ocupacional da profissão e pelos contratantes à luz da ideologia da classe dominante. Nesse sentido, as exigências que se põem por parte dos seus empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também vão materializar requisições para os/as assistentes sociais, isto é, atribuições sócio-ocupacionais (GUERRA, 2011, p.274).

Assim, apesar de ter toda uma regulamentação em relação as atribuições e competências do assistente social na realização dos serviços, ainda assim, o profissional acaba se subordinando aos limites institucionais, devido, também, da falta de infraestrutura, recursos materiais, o que por muitas vezes descaracteriza o trabalho profissional, expressando uma visão equivocada quanto à atuação do Assistente Social e os serviços ofertados (GUERRA, 2011).

Podemos perceber ainda, que o assistente social trabalha em prol da classe trabalhadora, porém, embora o mesmo também faça parte desta classe, ele não se

reconhece como tal. E isso se dá por essas relações de trabalho assalariado, que alienam e violam seus próprios direitos (RAICHELIS, 2011).

Diante da fase do sistema capitalista que vivemos (capitalismo tardio) houve inúmeras modificações quanto à configuração do mundo do trabalho, produzindo trabalhos cada vez mais informais, com vínculos fragilizados e precarizados (ANTUNES, 2005 *apud* RAICHELIS, 2011).

Contudo, segundo a autora, apesar dessa conjuntura capitalista, dentro das Políticas Sociais o profissional deve ultrapassar essa organização do mercado de trabalho com a finalidade de ser um trabalhador transformador da realidade, buscando ter uma postura crítica, criativa, propositiva, e frente à isso não deve ser um profissional moralista, preconceituoso e não ver de forma natural ou discriminatória as expressões da questão social, visando entender que essa realidade é fruto das relações do sistema capitalista (RAICHELIS, 2010).

É preciso, pois, fazer a crítica e resistir ao mero produtivismo quantitativo, medido pelo de reuniões, número de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo.

Por isso a luta pela garantia da qualificação e da capacitação continuadas, por espaços coletivos de estudo e de reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, é parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população (RAICHELIS, 2010, p.765).

Assim, como afirma a autora, o profissional deve estar em constante qualificação, ao ponto de realizar uma leitura crítica frente às demandas e não se deixar levar pelas metas que são impostas ao trabalhador dentro das instituições, e pelo seu cotidiano, promovendo um trabalho consciente e de qualidade (RAICHELIS, 2010).

Diante disso, o profissional ao executar a Política de Assistência Social nos espaços sócio-ocupacionais, o mesmo sofre vários tipos de precarização do trabalho. Druck (2009) *apud* Raichelis (2011), ressaltam alguns tipos de precarização:

- *Das formas de mercantilização da força de trabalho:* onde o trabalhador sofre com trabalhos informais, que não dão segurança, estabilidade, não obtendo vínculos, assim, o que deveria ser algo passageiro acaba se tornando permanente.

- *Do processo de construção das identidades individual e coletiva:* onde ocorre a rotatividade e o descarte do profissional, que acaba intensificando a alienação do mesmo, ao ponto de sua identidade ser descaracterizada, realizando ações que não seriam de sua competência.
- *Da organização e das condições de trabalho:* onde se busca (como dito anteriormente) um trabalhador versátil, com o ritmo de trabalho acelerado, o aumento da carga horária de trabalho – mais exploração – potencializada pelas novas tecnologias.
- *Das condições de segurança no trabalho:* onde coloca os profissionais frente às condições precárias e humilhantes, devido ao aumento da produção, o que acaba por prejudicar a segurança e a saúde do trabalhador.
- *Das condições de representação e de organização sindical:* onde os sindicatos perdem força por conta das terceirizações, provocando uma disputa entre os trabalhadores, fazendo assim, com que a representação da categoria fique fragmentada.

Frente a isso, podemos ressaltar um elemento que faz parte desse cenário sócio-histórico atual, que é a precarização que ocorre devido a terceirização no âmbito do SUAS, visto que causa instabilidade pelo profissional não ter um vínculo empregatício, como trabalhos temporários, diferentemente do servidor público, para além disso, o Assistente Social se vê prejudicado nas tomadas de decisões por ter que se submeter aos ditames das instituições e de seus representantes. Assim, como afirma Raichelis, a precarização:

- a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais;
- b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas;
- c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas;
- d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito (2011, p.432).

Além disso, deve-se analisar que a compreensão da Política de Assistência Social é ainda relacionada ao voluntariado, à caridade, troca de favores, não é vista como uma política de direitos, sendo até mesmo marginalizada em relação às outras políticas.

Diante disso, ocorre também uma luta de interesses em torno da gestão da Política de Assistência Social, entre políticos, gestores e primeiras-damas, pois muitos entendem que para a execução dessa política não é necessário ter uma formação específica ou ser capacitado para tal. Como explicita Raichelis:

na assistência social, pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo persistente e (re)atualizado nesta área [...] contam com frágeis estruturas institucionais de gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados (2010, p.760).

Frente a esta realidade, analisa-se portanto que a atuação do profissional de Serviço Social e dos demais trabalhadores do SUAS ainda enfrentam muitos desafios quanto a efetivação da Política de Assistência Social, no sentido de garantir os direitos sociais perante a classe trabalhadora, visto que o número de profissionais é insuficiente para a realização do trabalho, além disso, atuam em vários setores ou municípios diferentes, o que causa insegurança, desgaste físico e psicológico. E por fim, diante desses elementos anunciados, pela ausência de tempo não se capacitam, o que demonstra muitas vezes que estes profissionais possuem um déficit quanto ao domínio teórico-metodológico e técnico-operativo da referida política.

CAPÍTULO III – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO IVAÍ - PR

O presente capítulo visa inicialmente contextualizar para o leitor acerca do lócus de pesquisa. Apresentando de forma breve como se organiza a gestão e execução da Política de Assistência Social nos municípios. Iremos abordar como ocorre a atuação do Assistente Social no Órgão Gestor, nos municípios do Vale do Ivaí-PR, ressaltando os principais desafios e impasses enfrentados por esse profissional.

Por fim, entraremos no centro deste estudo promovendo a reflexão acerca do nosso objeto de pesquisa, a partir das falas e depoimentos dos profissionais entrevistados.

3.1 Caminho metodológico da pesquisa

No primeiro momento da formulação desta monografia, com a finalidade de atingir o objetivo almejado, qual seja, compreender os desafios e impasses que o profissional de Serviço Social, encontra em sua atuação no Órgão Gestor da Política de Assistência Social, foi realizado um levantamento bibliográfico com os principais autores que discutem a Política de Assistência Social no Brasil, a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o trabalho do Assistente Social, além das principais legislações relacionadas tanto ao SUAS, como à profissão de Serviço Social. Assim, foram utilizados livros, teses, dissertações e artigos científicos, fontes de conhecimento, que deram base teórica e trouxeram informações em relação a temática escolhida.

No segundo momento, foi escolhida a pesquisa de cunho qualitativa, a qual Minayo afirma que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômeno humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2007, p.21).

Para tanto, na coleta de dados foi realizada entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) através de um roteiro de questões direcionadas aos profissionais de Serviço Social que atuam na Gestão do Sistema Único de Assistência Social nos municípios do Vale do Ivaí-PR. A escolha desse instrumental foi com o intuito de que os(as) entrevistados(as) pudessem explanar de forma aberta sobre o seu processo de trabalho na Gestão do SUAS.

A escolha dos municípios para a coleta de dados foi devido a inserção das autoras no estágio que nos forneceu informações e conhecimento acerca da realidade de um dos municípios. Para tanto, a partir de reuniões que participamos juntamente com outros municípios durante o estágio de campo, percebemos que haviam outros profissionais de municípios vizinhos, que também enfrentavam dificuldades na gestão da Política da Assistência Social, a partir disso, consideramos ser relevante realizar esta pesquisa a fim de contribuir nos estudos acerca da região, sobre a Política de Assistência Social/SUAS e, principalmente sobre o trabalho do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional da gestão.

Os municípios onde ocorreu a pesquisa não serão nominados a pedido dos entrevistados, para que não ocorra a identificação dos mesmos.

Para tanto, na pesquisa de campo de nossa monografia foram entrevistados(as) 4 (quatro) profissionais. Num primeiro momento entramos em contato com os(as) entrevistados(as) via e-mail e telefone, apresentando os objetivos da pesquisa. As entrevistas se deram pessoalmente em local de escolha dos(as) entrevistados(as), onde as mesmas duraram em média de 30 a 60 minutos cada.

Importa salientar, que os(as) profissionais convidados(as) aceitaram dar entrevista por meio de anuência e assinatura do Termo de Consentimento informado (Apêndice A).

Depois de concluídas e desgravadas as entrevistas, foram realizadas a análise acerca dos dados obtidos com base nas leituras realizadas anteriormente. Conforme explicita Minayo, a análise:

[...] diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo (2007, p.27).

Por fim, o tratamento dos dados coletados obtidos nesta pesquisa qualitativa foi feito através da “Análise de Conteúdo”. O objetivo da utilização deste procedimento foi abarcar de forma singular os relatos através das falas dos entrevistados, o que possibilitou uma compreensão melhor do trabalho, a partir do depoimento dos mesmos.

3.2 Atuação do Assistente Social no Órgão Gestor da Política de Assistência Social: desafios e impasses

Em relação ao perfil dos entrevistados, todos são formados em Serviço Social na modalidade presencial. Dos 4 (quatro), 2 (dois) profissionais concluíram curso de especialização, enquanto 1 (um) está em processo de conclusão. O tempo de atuação profissional dos entrevistados é de 3 (três) meses à 18 (dezoito) anos, sendo que deste tempo, a atuação frente ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social é de 3 (três) meses a 6 (seis) anos. No que diz respeito ao tipo de vínculo empregatício, 2 (dois) dos entrevistados são funcionários comissionados e os outros 2 (dois) são efetivos, para tanto, a carga horário de trabalho varia de 20 (vinte) à 40 (quarenta) horas semanais.

Em razão de preservar o sigilo, não foram divulgados os nomes dos participantes que contribuíram com a pesquisa, assim, serão caracterizados como “entrevistado 1, 2, 3, 4”.

A primeira pergunta colocada aos entrevistados foi sobre Assistência Social como uma Política Pública, como é gerida no município e quais as possibilidades e limites. As respostas foram:

[...] pra trabalhar a Assistência Social enquanto política pública sempre tem alguns entraves, sempre é difícil, principalmente por parte da política partidária, então.. porque a maioria das pessoas, vamos dizer assim, de outros órgãos não entendem ainda, não tem conhecimento do que é a Política Pública de Assistência Social [...] mas já avançou muito, vamos dizer do tempo que eu comecei pra agora, já avançou bastante [...] nas redes de serviços já tem mais esse conhecimento, do que que é mais ainda assim existem muitos atrasos em relação à encaminhamentos, os outros departamentos encaminham coisas que não é da Assistência Social, vamos dizer assim, aquele problema que não existe solução, ninguém sabe, vai pra Assistência Social, e de repente não é usuário, não é da Política de Assistência **(entrevistado 1)**.

[...] mais a instituição em si não tem os gestores, até o gestor municipal mesmo, os parceiros de trabalhos de outras áreas, todos eles, eles percebem a assistência como assistencialismo, eu sei que é público devido a formação e tudo mais, mais ela ainda é vista como assistencialista, tem muitos desafios pra você mostrar pra eles que ela é uma política pública, e quando você fala em política pública você fala em direitos, daí o desafio é maior ainda, você trabalhar o direito, você tem que garantir esse direito e na medida que você garante, você tem que concretizar ele esse é o maior desafio **(entrevistado 2)**.

De acordo com as falas citadas à cima, percebemos que os entrevistados demonstraram que seus maiores desafios, são em relação a falta de entendimento que a população e as demais Secretarias têm em entender o que é a Política de Assistência Social e de entendê-la como um direito público e universal, havendo ainda uma visão muito assistencialista. Como explicita Santos:

[...] pode-se apreender porque mesmo na contemporaneidade a assistência social quanto política de direito é confundida com assistencialismo, caridade e benemerência (2012, p.41).

O entrevistado 1 coloca ainda que, devido a esta realidade muitas vezes chegam demandas até a Assistência Social que não cabe a este setor solucionar.

Em relação ao entrevistado 3, percebemos que o mesmo coloca como seu maior desafio o fato de não se ter um vínculo empregatício efetivo (concurso) no município, o que por muitas vezes acaba dificultando seu processo de trabalho na gestão.

[...] levando em conta a autonomia relativa que o Assistente Social tem no município, principalmente quando se refere ao Órgão Gestor, a gerir a Política de Assistência Social porque mesmo sendo técnico responsável assim, em gerir, em contribuir na organização e no planejamento das ações referente ao atendimento da Assistência Social do município ainda existe muito a questão da hierarquia, que acima de mim existe um gestor municipal, que mesmo com nem todo o entendimento assim, do gestor, entendimento que eu tenho enquanto técnica e ele como gestor pode divergir de algumas formas [...] quando se trata de um gestor que o nosso caso, a nossa antiga gestora, que ela dava até um pouco de liberdade, respeitava um pouco as decisões do profissional, mesmo ele não tendo muito conhecimento do que se trata a política, eu acho que isso contribui muito pra nossa atuação, agora os demais limites se tratam mais da questão estrutural, organizacional mesmo que, que é um limite do município né, a questão de repasse de recursos é.. recursos livres do município é querendo ou não o recurso existente no município ou o pouco recurso sempre acaba sendo uma forma que limita a nossa atuação **(entrevistado 3)**.

Diante da fala do entrevistado 4, podemos perceber que o mesmo compreende que não há limites na sua gestão, pelo fato de não ter “primeira dama” na administração do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, e do mesmo além de ser Assistente Social é também, gestor da Política, considerando assim, ter total liberdade em suas ações profissionais.

[...] no município não há primeira dama e a Assistência Social ela fica a cargo da gestora e dos técnicos de cada equipamento de serviço. Então qualquer ação que for feita, a gente tem possibilidade de tá realizando já que eu faço, desempenho as funções de secretária municipal, Assistente Social e Gestora, acaba sendo mais fácil e a gente tem uma liberdade maior pra tá trabalhando já que nós conhecemos de Lei de normativa e sabemos o que pode e que não pode **(entrevistado 4)**.

Assim, entendemos que o entrevistado 4 tem uma particularidade em sua atuação por não se deparar com cargos que o mesmo tenha que se subordinar, visto que afirmou que tem autonomia para realizar seu trabalho já que desempenha sozinho o cargo na gestão. Porém, apesar dessa autonomia, vemos também o lado no qual o profissional acaba se sobrecarregando, o que muitas das vezes pode diminuir a qualidade no desempenho de suas atividades.

De acordo com os entrevistados, o processo de trabalho dos mesmos estão basicamente atrelados à procedimentos burocráticos, e para além disso, na fala do entrevistado 2 percebemos que os mesmos tentam planejar suas ações antes de executar, porém nem sempre as mesmas são realizadas à contento, isso por conta da demanda que são muitas, desta forma entendemos também que um fator que pode influenciar é de quando a equipe mínima não existe, assim não há como dar conta de atender toda demanda do município, o que acaba prejudicando a qualidade dos atendimentos e serviços.

[...] na parte burocrática, mais na parte de documentação, gestão do orçamento, gestão do financiamento, acompanhamento dos conselhos, parte habitacional, a parte do sistema eletrônico, todos os programas do MDS, SEDS, instituição de Acolhimento atendo, isso parte para todos os demais serviços socioassistencial, renascer, casa de vivência, toda parte de documentação, orientação, é por aqui que é feito, aí tem mensal tem a relação de serviços que são prestados por exemplo, tudo o que é feito no CRAS e no CREAS, eu tenho que lançar mensalmente no sistema,[...] tudo é cadastrado, tudo é mensal, contabilizado, se fez uma visita é contado, as crianças e adolescentes frequentam o serviço de convivência, é lançado mensal é tudo acompanhado, a questão dos benefícios também, precisa isso pro CRAS por exemplo, precisa comprar tal

coisa a onde que tá no orçamento de qual recurso, tão é que ele é dividido em recursos co-financiamento que vem do governo federal, ele é dividido, em Proteção Básica, Proteção Média de alta e média complexidade [...] prestar contas, o Tribunal de Contas também é eu que faço, da área da Assistência e da área do Direito da Criança e do Adolescente. E acompanho as entidades que tem registro em conselho... conselho de assistência, que no momento são quatro, duas entidades e dois projetos, na verdade dois programas executados por entidades que não é registro de entidades e sim do programa executado. **(entrevistado 1)**

[...] eu planejo as minhas ações, lógico que ai tem os entraves do dia a dia do cotidiano, [...] muitas das vezes você planeja e nesse planejamento ele não é fechado, tem que ser flexível, você planeja algumas etapas sabendo que pode ter intercorrência naquele período lá né, mais tem semana que é tranquila, e tem semana que não é, isso depende do movimento da demanda, tirando a parte burocrática né, te, todas as papeladas tudo, sistema da área da assistência, tudo tem documentação, MP, Conselho tutelar, Plano de ação, prestação de contas pro Conselho a cada três meses, prestação de contas pro Conselho da criança a cada dois meses, tudo tudo é eu que faço. **(entrevistado 2)**

A realidade é, então, condição para o exercício profissional, que é mais que o cumprimento dos requerimentos de atividades burocráticas e rotineiras, reduzindo o trabalho do assistente social a mero emprego. É [...] “uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais” (IAMAMOTO, 1999, p. 21 *apud* SILVA, 2012, p.158).

A cerca da equipe do Órgão Gestor dos municípios pudemos perceber uma certa fragilidade em relação à falta de equipe para auxiliar na execução de seu trabalho, visto que desta forma fica evidente a dificuldade para realizar tantas ações sem uma equipe própria, o que acaba por prejudicar a execução dos serviços, já que os profissionais se encontram sobrecarregados com muitas responsabilidades e demandas.

[...] nós temos a secretaria que automaticamente é a gestora, e tem também como cargo comissionado uma outra funcionária, só que na prática a função dela é habitação. **(entrevistado 2)**

Não existe, somente eu como Assistente Social com 20 hrs semanais. **(entrevistado 3)**

Não temos equipe, no Órgão Gestor sou eu e mais uma estagiária. **(entrevistado 4)**

Os entrevistados relataram desenvolver demandas executando funções no auxílio ao assessoramento, coordenação, planejamento e financiamento dos conselhos, projetos e planos, enfim, tudo que engloba a Política de Assistência Social.

[...] parte de acompanhamento, projeto, acompanhamentos de programas então, prestação de contas, informação.. **(entrevistada 1)**

[...] assessorando os conselhos municipais, o Conselho do Direito da Criança, o Conselho de Assistência Social, [...] aos planos municipal de Assistência Social, e aos demais planos no âmbito da Assistência Social, também ajudo na gestão dos recursos que se refere ao âmbito da Assistência, [...] nós realizamos também o trabalho intersetorial com as demais políticas setoriais. **(entrevistada 3)**

[...] são esses instrumentos de gestão estadual, municipal e federal, nós aah toda parte de planejamento, coordenação e financiamento da Política de Assistência Social no município. **(entrevistada 4)**

Para tanto, foi constatado também que para além das atividades realizadas de acordo com sua função, os entrevistados também acabam desenvolvendo atividades que não os competem, como em relação à falta de Assistentes Sociais nas outras políticas setoriais e/ou também para o Serviço de Proteção Especial (CREAS).

[...] eu presto atendimento pra saúde, não assim diretamente ai eu tenho meu espaço lá, eu tenho meu horário lá, não **(entrevistada 2)**

As demandas que eu atendo são muito referente à proteção especial, tanto de média, alta, média e alta complexidade, porque como o município não dispõe de CREAS, essas demandas acabam sendo atendidas, aliás, são atendidas pelo Órgão Gestor né e com um pouco de contribuição da Assistente Social do CRAS, por não ter uma equipe técnica nem no Órgão Gestor e nem existir a unidade CREAS no município. **(entrevistado 3)**

Isso nos mostra que os municípios ainda têm muito que avançar, visto que a questão aqui não se limita apenas a falta de estrutura física ou a inserção do Assistente Social dentro das demais políticas do município, o problema vai muito além disso, isso só demonstra a falta de conhecimento e interesse por parte de alguns prefeitos que não veem a necessidade e a importância de se implantar os serviços de alta complexidade, por exemplo.

Foi relatado também que os instrumentos que são utilizados no cotidiano dos profissionais são instrumentais para executar suas ações principalmente ao atender as demandas referentes ao CREAS, como mencionado anteriormente. Contudo é

apenas na fala do entrevistado 3 que percebemos que o mesmo se utiliza de outros meios para execução de suas ações além dos instrumentais, que neste caso são as agentes de saúde que atuam como parceiros na efetivação dos serviços.

Visitas, contatos diretos, reuniões, preenchimento de documentos em conjunto **(entrevistado 1)**

[...] a discussão de caso eu vejo como um instrumento, como um meio né, talvez de tá resolvendo a situação, uma outra coisa que eu vejo também a visita domiciliar[...]relatório social. **(entrevistado 2)**

[...] utilizo da visita domiciliar, o atendimento e entrevistas também, como meios assim eu também acabo utilizando das agentes de saúde como parceiras pra fazer essa comunicação com as famílias e eu tento fazer um trabalho intersetorial assim, uma comunicação tanto com o CRAS quanto às demais políticas do município, pra fazer esse atendimento com os usuários. **(entrevistado 3)**

À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação. (Santana, 2000, p. 90 *apud* Piana, 2009, p.109).

Dessa forma, fica entendido que não basta apenas o Assistente Social utilizar instrumentais que já estão postos, mais que é importante que o mesmo seja propositivo e criativo ao ponto de criar estratégias e meios que contribuam para uma melhor execução do seu processo de trabalho.

Como afirma de forma brilhante lamamoto a partir de Marx,

[...] o homem também é o único ser que é capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando essa atividade caracteristicamente humana. É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades (2000, p.59)

Referente a estrutura física do Órgão Gestor dois entrevistados relataram que possuem um local adequado para a execução dos serviços, no entanto outros dois entrevistados afirmaram não ter o devido espaço, como demonstram as falas a seguir:

Não, a estrutura não é adequada, falta espaço, falta sala, não só pra mim no caso, não só pra sala do Assistente Social, pro administrativo, pra todos acho que teria, porque o espaço pra cada um com seu espaço para poder desenvolver um trabalho com qualidade pra não prejudicar também o profissional, se você tem o espaço adequado, tem material adequado, tem equipamento adequado, é diferente você desenvolver o teu trabalho, então à princípio... e ainda não tá adequado. **(entrevistado 1)**

Não, de forma alguma. De forma alguma porque, nós estamos numa casa que é um pouco compartilhada com uma entidade que as pessoas acabam ainda um pouco visualizando muito mais a entidade “APMI” do que o serviço, a Política de Assistência Social, isso, ao meu ver, prejudica muito os serviços de Assistência Social no município porque descaracteriza, as pessoas acabam visualizando muito A entidade e penso assim que todos nós e eu por estar compartilhando o lugar, como se eu fosse uma funcionária, uma atendente da AMPI, volta muito a questão do assistencialismo e eu vejo como um retrocesso pra Política de Assistência Social e é algo que precisa assim, ser resolvido urgentemente, senão nós damos um passo à frente e dois passos atrás. **(entrevistado 3)**

Diante das falas, constatamos que muitos ainda sofrem pela falta de entendimento à cerca da necessidade de um ambiente adequado para a realização dos serviços do profissional de Serviço Social, visto também que, de acordo com a fala do entrevistado 3, entende-se que o serviço acaba ficando descaracterizado por não ter o espaço devido, o qual muitas vezes se aloca em conjunto com outros setores ou entidades filantrópicas.

Para tanto, todos os entrevistados concordaram que essa falta de estrutura interfere na execução de um serviço de qualidade, visto que o profissional necessita de uma sala privativa, um lugar que seja de acolhida ao usuário, visando o sigilo profissional de acordo com que estabelece o Código de Ética, o que resulta num trabalho precarizado.

[...] faz falta pra desenvolver o trabalho, tão vendo, a gente divide sala que é difícil, então espaço é pequeno, espaço pra ter o estagiário é pequeno, eu tô com uma sala com mais duas, então são três pessoas, isso é difícil porque é um trabalho muitas vezes, é um trabalho pensante que você tem que concentrar, telefone toca, outra pessoa atende, outra pessoa entra e conversa, o que é mais difícil pra desenvolver o trabalho... **(entrevistado 1)**

[...] primeiro pela visão dos usuários e pela procura deles, quem procurar, pela descaracterização dos serviços e da Política de Assistência, porque não adianta nada nos termos assim, documento que normatizam, é.. SUAS, LOAS, todos esses documentos se nós aqui do município não nos organizarmos, porque o nosso público, eles precisam saber quem procurar, quando procurar, onde procurar,

e se tem essa mistura de departamento com entidade, com política pública com filantropia, sem contar o assistencialismo que nós não podemos deixar de lado e isso assim, nunca será um avanço pra política pode ofertar o serviço que for, pode vir o recurso que for, que enquanto não tiver uma divisão certa, principalmente na visão dos usuários, além disso dos governantes dos demais departamentos do município, dos demais setores do município, pra que eles saibam pra quem referenciar pra onde vai encaminhar a pessoa não, não, isso não qualifica de nenhuma forma o serviço e cada vez assim, vai retrocedendo muito mais. **(entrevistado 3)**

Indagamos ainda, acerca da Resolução do CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 que “Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”, a qual os entrevistados reforçaram ter conhecimento:

Isso a gente tem conhecimento, já repassamos. Eu falo que tem que ser aos poucos né, igual na questão das 30 horas, quando implantou ainda demorou um pouquinho, era na outra gestão, mas demorou um pouquinho pra se adequar, não adequou, foi adequar esse ano, tipo tinha carga horária definida mas não tava adequado, no município não havia sido mudado a Lei municipal, né, então agora esse ano depois de 3 anos que foi.. né então aos poucos que vai.. agora o conhecimento dessa parte que você comentou da resolução do CFESS têm, tenho conhecimento, já repassei inclusive pros gestores, mas eu aguardo né.. **(entrevistado 1)**

[...] ah eu simplesmente pedi pra eles que eu queria dividir a sala e justifiquei o porquê que eu queria por isso, por isso é por isso, lógico que eu peguei o código de ética né, colocando toda a questão do sigilo profissional, a relação do profissional com o usuário, a liberdade do usuário quando ele estabelece com você um certa autonomia de conversa [...] foi tranquilo assim sabe eu justifiquei o porquê que eu queria, lógico que eu peguei o Código de Ética como referência e até citei também, ai não teve muita resistência não, demorou um pouquinho, quando eu falei pra eles que eu ia, porque eu coloquei no documento né, se acaso não fosse atendido dentro de 90 dias né, ai eles atenderam... **(entrevistado 2)**

Sim, eu conheço já a resolução há algum tempo e fala também sobre, além das questões do ambiente físico, toda questão de iluminação ventilação do ambiente de trabalho do Assistente Social, é..eu vejo da seguinte forma: válido, extremamente importante que os profissionais tenham conhecimento, que o CFESS tenha esse documento para que nos ampare de alguma forma, mesmo tendo uma Lei que regulamenta uma profissão e outros os aparatos legais, é.. porém, ainda há muito de se progredir porque nós precisamos dessa contra partida desse, uma amparo a mais do CFESS e do CRESS enquanto profissionais mesmo, eles precisam conhecer mais a realidade do profissional, claro, o profissional tem que expor a sua necessidade as suas condições de trabalho mais diante de tudo isso ainda tem aquele conflito de interesses.. **(entrevistado 3)**

Diante das falas, percebemos que os entrevistados têm conhecimento acerca da resolução, contudo, apesar disso, há o entrevistado 1 que se encontra, após 6 anos de atuação, sem um ambiente adequado para o trabalho no Órgão Gestor do município. Já o entrevistado 2, que possui local adequado, se amparou no Código de Ética para conseguir valer seus direitos, solicitou, se justificando da importância de uma sala privativa e, com prazo estabelecido para a efetivação da solicitação. Podemos perceber a partir da fala do entrevistado 3, a necessidade que o mesmo sente em relação em ter um amparo do CFESS e do CRESS, ao profissional que poderia estar denunciando, principalmente quando o mesmo não é efetivo e tem uma certa instabilidade no emprego.

Ao tratar sobre a relação do Órgão Gestor com às unidades estatais (CRAS/CREAS), entidades assistenciais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e controle social, os entrevistados relataram uma boa articulação com o CRAS e com o CREAS (onde há), mas percebemos nas falas que apenas o entrevistado 1 têm uma relação com todas as áreas questionadas, exceto sobre as entidades assistenciais, por não possuir no município esse serviço. Diferentemente dos outros entrevistados ficou entendido também que há uma boa relação da APAE com o Órgão Gestor no município do entrevistado 4.

[...] toda semana tem uma reunião de rede que participa a Assistência Social, que entra CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Saúde, Educação, então um representante de cada setor são discutidos os casos [...] em relação ao CRAS e CREAS, é o contato praticamente que diário, troca de informações repasse de informações, repasse de legislação, repasse de documentos, que eu recebo e repasso pra elas, reuniões, parte dos atendimentos que tem o relatório mensal, isso tanto no Serviço de Convivência também entra essas partes... é o relatório mensal de atendimento que todos os serviços de atendimentos envolvidos, pro CRAS, CREAS, serviços de Convivência durante o mês, é repassado e lançado no sistema mensal, há cada quatro meses é realizado, também aí é tudo em conjunto, que eu acabo contribuindo, uma audiência pública, que é apresentado tudo que foi feito, de 4 em 4 meses, em relação à esses serviços. Em relação ao Conselho, eu sou secretária executiva dos dois conselhos, Conselho da Assistência e Conselho dos Direitos da Criança, então eu que faço a parte da documentação, convocação de reunião, ata, resoluções quando tem resoluções das reuniões, portarias, cadastro no sistema, sistema do MDS, do CAD-SUAS, por exemplo, tem que cadastrar todos os conselheiros, manter atualizado, cadastro dos fundos, [...] tem a parte de uma vez por ano tem que prestar todos os serviços, chama o "SENSO", aí entra todos os programas, projetos das entidades, CRAS, CREAS [...] você coloca desde os dados da estrutura física aos recursos humanos,

serviços desenvolvidos, então você preenche do Órgão Gestor, dos Conselhos, das entidades, serviços de convivência, CRAS, CREAS, tudo no sistema.. **(entrevistado 1)**

[...] eu vejo assim o Órgão Gestor vamos dizer assim, ele não executa a ação na ponta, mais aquela ação pra acontecer depende do Órgão Gestor, não é não tem como o CRAS desenvolver determinadas ações, se lá no Órgão Gestor não houve planejamento [...] todo início de ano a gente faz um plano de ação, existe o plano municipal que é a partir de agora quatro anos, e existe plano federal, que é uma vez por ano que a gente faz, mais a nível de município todo início de ano a gente faz plano de ação, então nesse plano de ação a gente tenta propor o que a gente quer desenvolver durante o ano, [...] a gente todo início de ano, a gente senta a parte que compete de diagnostico tudo essa parte é do Órgão Gestor, ai quando chega na parte dos serviços, ai a gente senta com a equipe do CRAS..**(entrevistado 2)**

[...] nós trabalhamos juntos os órgão, com o CRAS, o CREAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nós estamos juntos com os conselhos também, [...] Quanto à entidades socioassistenciais, nós temos a APAE então nós temos um contato com eles com o repasse do piso de transição, de média o piso de transição que é repassado pra APAE, ele vem fundo a fundo pra Assistência Social nós fazemos mas é utilizado pra pessoa portadora de deficiência, nós não executamos esse trabalho no CREAS, poderíamos mas a gente optou pra repassar pra APAE e eles participam das reuniões dos conselhos, [...] nós fazemos todo a parte da coordenação, reordenamento, tudo que fala em despesa, em gerir, [...] é feito um trabalho em conjunto, tanto a programação do CRAS, do CREAS, do Serviço de Convivência, nós temos a Casa Lar de Jardim alegre que é gerida pelo Órgão Gestor.. pela Secretaria Municipal..**(entrevistado 4)**

Assim, entendemos que na maioria dos municípios as relações se dão de formas diferenciadas, onde cada gestão tem suas particularidades e organização distintas.

Para tanto, referente à relação do Órgão Gestor com as demais políticas setoriais, todos os entrevistados demonstraram que há uma articulação, a partir das reuniões em rede nos municípios, que acontece de certa forma mas ainda não é cem por cento. Assim, vemos a importância dessas reuniões para o desenvolvimento da Política de Assistência Social nos municípios.

[...] o programa intersetorial que é a rede né, que é mais pra discussão, encaminhamento dos casos é... [...] identificou que era necessário uma capacitação, uma mini capacitação, um curso para cuidadoras das instituições de acolhimento, então através dessa comissão intersetorial que entra as outras políticas públicas [...] existem vários programas que têm, que não é só a assistência, tem que estar vinculado às demais, BPC na escola tem que ter a

educação, saúde, é.. programa família paranaense, programa do Estado têm todas as secretarias municipais envolvidas, então existe essa articulação com as demais.. e no caso aqui da gestão, ainda existe, existe com todos os setores da administração pública, porque tem a parte do orçamento, então precisa da parte do contador, parte do administrativo, a parte da contabilidade, controladoria, então é um envolvimento de praticamente todas as secretarias, e secretaria de Estado também.**(entrevistado 1)**

[...] a articulação do SUAS a gente usa muito quando está em reunião, quando a gente tá em reunião tanto com o conselho, numa reunião intersetorial, a gente sempre tenta foca nesse novo modelo, [...] articulação propriamente dita eu acredito que não, a gente acha que tá na construção dessa articulação..**(entrevistado 2)**

Sim, nós temos feito reunião intersetorial, no mínimo uma vez ao mês pra discutir alguns casos específicos que são demanda da assistência, mais é claro que são demandas também das outras políticas municipais, [...] é discutido com a rede, tanto as políticas setoriais e os representantes dessas políticas quanto Conselho Tutelar e..os demais que se fizerem necessário, [...] eu vejo que essas reuniões intersetoriais, assim, elas tem sido produtivas..**(entrevistado 3)**

Ahh nossa articulação com outras Políticas a gente vê bastante sobre trabalho em rede hoje, com a Família Paranaense, [...] ele tem nos ensinado a fazer um trabalho em rede, nós sempre tivemos uma articulação com outras políticas muito, muito boa [...] com o reordenamento dos serviços coisas que há um tempo atrás como o que já foi da Assistência hoje é da Educação, a concessão de benefícios eventuais, órteses e próteses hoje é da Saúde, antes era a Assistente Social do Órgão Gestor que fazia hoje não faz mais, então é, questão de leites, alguns leites consideravam benefícios eventuais hoje não acontece mais, isso é Política de Saúde está na Saúde, Educação está na Educação, mas quando há casos onde envolve várias políticas a gente senta sim, conversa e tenta encontrar o melhor caminho. **(entrevistado 4)**

Indagamos ainda aos entrevistados, se existe correlação de forças no Órgão Gestor e se os mesmos consideram que isso pode interferir nos resultados do seu processo de trabalho. Para tanto, na fala dos entrevistados 1 e 2, percebemos que a correlação de forças existe e está ligada à falta de entendimento sobre quais são as atribuições do Assistente Social e o que o mesmo pode ou não realizar, sendo que muitas das vezes colocam em cima do profissional responsabilidades que não lhes pertence, o que acaba por dificultar e atrasar o andamento dos serviços, sendo assim, o profissional busca se amparar no que está nas legislações deixando claro quais são suas atribuições e competências.

Existe, só que ainda a gente consegue [...] nortear isso, sempre fundamentada no que está nas resoluções, no que tá na legislação, no que tá na documentação mesmo, a gente ainda consegue..não deixar acontecer, mas existe sim, existe essa questão da falta de entendimento, isso ainda existe muito. Eu acho que interfere na questão assim... vamos dizer, pra você desenvolver o trabalho, porque aí você tem que explicar várias vezes, [...] então atrapalha nesse sentido, [...] no andamento das coisas, que acaba travando muitas vezes, por não entender, por esse entrave, [...] até você explicar, até você fazer entender que ali não dá aquilo, então.. acaba atrapalhando nesse sentido, pela demora. **(entrevistado 1)**

[...] eu vejo a correlação de forças justamente nesse embate na visão da assistência enquanto assistencialismo, [...] Toda vez que surge uma demanda que [...] “é individual” essa demanda ‘eu vou atender porque você é do meu partido e tudo mais’, eu vou atender, só que mesmo ela sendo ou não em contrapartida enquanto profissional eu consigo ver esse direito dela, então existe sim mais no final sobressai a minha posição, [...] no final a gente acaba mostrando que é um direito[...] mais existe a correlação de forças na questão da política partidária, é principalmente as influências de chega e falar “não você ter que fazer isso”, “você tem que fazer aquilo porque é do nosso lado pronto e acabou”, então você senta com a pessoa e mostrar pra ela que não é bem assim te leva o dia inteiro, ou uma semana inteira, porque você fala hoje eles vão te xingar, não vão entender, ai volta no outro dia achando que você vai ser flexível ai você mantém a palavra “não é assim, assim e assim”, só que assim esse conflito, essa relação de força eu sempre digo na medida que você tem conhecimento, e você tem a legislação do seu lado, eu vejo assim é difícil eles baterem de frente mais pra isso você tem que ter o conhecimento da lei, no primeiro momento eles vão desafiar você mesmo pra você passa, mais na medida que você vai mostrando pra eles que não é bem assim as coisas, que tem toda uma fundamentação e uma legislação por trás que tá embasado nisso independente dela ser do lado deles ou não, ela tem todo um direito e que tem que garantir esse direito eles num desafiam tanto assim não, existe correlação da força sim, mais é possível enfrentar ela sim. **(entrevistado 2)**

[...] correlação de forças nos conselhos é muito forte, tendo em vista que o conselho tem representação da sociedade civil e governamental, quem são os governamentais? indicados pelo gestor municipal, e o gestor indica pessoas de sua confiança e, assim, acaba acirrando essas relações cada vez mais, porque é um conflito de interesses constante, se for pra discutir orçamento, se for pra discutir serviços, se for discutir assim, é.. a quem vai ser destinado tal serviço ou tal recurso, esses conflitos de interesse é constante no Órgão Gestor principalmente no que se refere à conselho, no Órgão de Gestor eu não percebo tanto essa, essa relação assim de força.. **(entrevistado 3)**

Já na fala do entrevistado 3, percebemos que existe uma correlação de forças nos conselhos, por conta dos conflitos de interesses que parte principalmente dos cargos governamentais que são pessoas de confiança do gestor, que a partir disso

visam os interesses partidários, em relação as discussões acerca dos serviços e recursos. Para tanto, em relação especificadamente ao Órgão Gestor, o entrevistado não vê nenhuma correlação de forças por estar a pouco tempo na gestão, e considera que tem autonomia e respeito frente ao gestor, porém entende que ainda não há interferência mas futuramente pode vir a ocorrer.

Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados (IAMAMOTO, 2009, p.32).

Frente a questão sobre o grau de autonomia, os entrevistados 1 e 4 colocaram ter total autonomia no seu processo de trabalho, contudo percebemos nas falas do entrevistado 1 que o mesmo não faz o uso necessário de sua autonomia, ficando claro na questão referente à estrutura física, por ainda não possuir uma sala privativa após 6 anos de trabalho na mesma instituição.

Eu tenho autonomia, igual eu falei né[...] eu tenho autonomia de chegar, explicar, de falar, e fazer dentro do que tem que ser feito, as vezes demora um pouquinho mas compreendem. **(entrevistado 1)**

Total, não tem interferências de fora..assim há aqueles casos da gente fazer, alguma mudança, a gente chegar, informa a prefeita é comum ela querer saber quais os motivos.. [...] quanto a dúvida eles questionam, eles perguntam, eles querem saber e a gente consegue fazer assim... é que assim tudo hoje em dia que vem pra Assistência Social, tem uma normativa, tem alguma resolução, ou alguma Lei, então quando a gente vai ter essas conversas, geralmente a gente leva, a gente já vai embasado, então a gente já vai com muita convicção daquilo que a gente ta falando porque a gente tem respaldo legal, então dificilmente a gente é questionado sobre as mudanças que ocorre. **(entrevistado 4)**

De acordo com as falas, percebemos que a autonomia depende também do posicionamento do profissional, onde o mesmo precisa ter claro quais são suas competências e atribuições, e de todo o embasamento e amparo legal, como o Código de Ética e a Lei que regulamenta a profissão.

[...] se houvessem recursos abundantes, se não existissem relações de poder nas instituições, se tivéssemos completa autonomia em nosso campo de trabalho... aí, sim, poderíamos realizar "aquele" Serviço Social com que sonhamos. Nessa perspectiva, a realidade torna-se o obstáculo, vista como o que impossibilita o trabalho (IAMAMOTO, 2000, p.161).

Questionamos também acerca dos obstáculos na execução do trabalho, onde todos os entrevistados ressaltaram a dificuldade que enfrentam frente a falta de conhecimento dos trabalhadores das demais políticas em relação ao que é a Política de Assistência Social e qual é a sua função no município. Entendemos também que essa falta de conhecimento faz com cheguem demandas de outras políticas para a Assistência Social, onde muitas das vezes é o profissional de Serviço Social que realizaria o serviço, porém é o profissional que está alocado dentro de outra política pública e não da Política de Assistência Social.

Espaço [...] a falta de entendimento [...] já aconteceu muito da câmara de vereadores, da parte política mesmo tentar interferir, levar mais pro lado da política partidária e não da política pública, [...] a falta de entendimento das demais políticas públicas em relação ao que é a Assistência Social.. **(entrevistado 1)**

Eu acho que os principais obstáculos, além das questões estruturais, o espaço pra se trabalhar, desse compartilhamento e a visão das pessoas que eles tem ainda é muito errônea do que é o trabalho da Assistência Social, ou do pouco conhecimento que muitos ainda não sabem o porquê tem Assistente Social no município, [...] os obstáculos em relação a execução do trabalho, por enquanto vão mais ao encontro assim do espaço, dos serviços, e da necessidade de se ampliar a equipe de Assistência Social do município, porque o município demanda disso, então são mais esses obstáculos mesmo. **(entrevistado 3)**

Acredito que as maiores dificuldades ainda é, são, no caso as demandas vindas de outras políticas, [...]essa dificuldade ainda é presente até eles entenderem c que há uma Assistente Social na Política de Saúde e nós da Política de Assistência Social não executamos o mesmo trabalho que ela.. **(entrevistado 4)**

Para finalizar, indagamos ainda sobre quais foram os maiores avanços e recuos acerca da Política de Assistência Social no município em relação à gestão, onde os entrevistados relataram que os avanços foram frente à implantação do CRAS e a realização dos serviços, para tanto, os recuos citados foram diante a falta de equipe específica/técnica e efetiva. Para além disso, foi relatado outro retrocesso em relação a parte de sistematização de tudo que é realizado – considerando a falta de entendimento de como fazer o preenchimento e a demora – causam dificuldades e acabam ocupando muito tempo que poderia ser destinado às demandas mais urgentes. Contudo, vemos a importância de se planejar e de sistematizar o que é realizado, visando a organização e a fiscalização. Como afirma Santos: “[...] é preciso ter um plano de ação do trabalho do/a assistente social. [...] É preciso ficar

muito atento a isso, sobretudo pela necessidade de incorporar ao nosso cotidiano a sistematização das ações que desenvolvemos” (2011, p.163).

[...] eu vejo que não só pra esse mais pra todos os municípios, um dos avanços foi a implantação do CRAS, [...] nós conseguimos fazer essa abordagem assim, conseguimos abranger e conhecer essa nossa população usuária e as suas demandas e esse tem sido um avanço. É, um dos recuos, aqui eu não posso nem dizer que é um recuo mais assim, que está estagnado, é não ter uma equipe completa efetiva, existe uma equipe mais muitos desses profissionais não são efetivos, e essa é uma coisa preocupante, porque a não-estabilidade desses profissionais ou a rotatividade de funcionários na Política de Assistência, acredito que é um processo assim, tanto de estagnação como de recuo mesmo, [...] também é o Serviço de Convivência [...] eu vejo que isso é um progresso, ter um espaço pra fornecer pra atender essas crianças, esses adolescentes, porém eles [...] não tem uma equipe técnica, uma Assistente Social, uma Psicóloga, ou no mínimo um Pedagogo pra tomar conta disso, acabam sendo pessoas indicadas, remanejadas de um local pra outro e isso é uma forma que não otimiza de forma alguma os serviços e acaba sendo.. eu não digo um recuo mais uma parada no atendimento. **(entrevistado 3)**

[...] eu vejo como um retrocesso a sistematização de tudo que a gente faz, tudo hoje existe um instrumento, acaba tendo que deixar as vezes de fazer algo que teria a maior importância pra não perder o prazo de preenchimentos de instrumentos, isso ocorre tanto CRAS quanto CREAS, tanto Órgão Gestor, a gente tem que parar o que ta fazendo, porque eles solicitam aquele preenchimento e dão um prazo, então isso eu acho o maior retrocesso, a gente já discutiu isso várias vezes, que a gente tem que ficar ligando pro escritório não pra saber como vai fazer em determinado caso, mas como vai fazer pra preencher tal instrumento que a gente não tem acesso, que a gente tem dificuldade pra responder algumas coisas, isso eu acho que, que retrocede. **(entrevistado 4)**

Diante das falas, percebemos também que o fato de não haver uma equipe efetiva, causa um retrocesso nos serviços, visto que a rotatividade de profissionais acaba quebrando os vínculos com os usuários, fragmentando os serviços e diminuindo a qualidade dos mesmos.

Há, portanto, que qualificar esse campo e lutar por cada vez mais pela conquista de concursos públicos e sua efetivação, ou seja, lutar pela contratação de assistentes sociais via concurso, bem como pelo constante aprimoramento técnico-profissional (GUERRA, 2011, p.285-286).

Consideramos importante ressaltar também, a falta de uma equipe de referência no Órgão Gestor, visto que o mesmo é responsável por planejar e organizar todos os serviços relacionados à Política de Assistência Social. Assim,

entendemos que a falta dessa equipe de referência, por muitas vezes sobrecarrega o profissional, podendo causar um serviço desqualificado e impedir a efetivação do mesmo. Diante disso, e de acordo com nossa pesquisa, percebemos que até mesmo na NOB-RH/SUAS existe uma falha por não estar determinado qual deve ser a equipe de referência do Órgão Gestor, considerando que para os serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (de alta e média complexidade) está previsto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender e analisar os desafios e impasses na atuação do profissional de Serviço Social na gestão da Política de Assistência Social nos municípios do Vale do Ivaí-PR. Diante disso, podemos dizer que a escolha da temática desta monografia, ocorreu devido ao processo de experiências vivenciadas durante o estágio, já com uma aproximação às dificuldades que o profissional enfrenta no seu exercício profissional.

Assim, podemos ressaltar quão grande é a importância de se adquirir conhecimento acerca desta problemática. Este trabalho levou em consideração as mudanças ocorridas na Política de Assistência Social no Brasil, no padrão de acumulação capitalista e no mundo do trabalho, as quais rebateram todas as profissões, e conseqüentemente nos espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais.

Para tanto, podemos colocar algumas considerações resultantes dos estudos e a pesquisa de campo. Durante o percurso de nossa graduação, várias indagações surgiram em relação aos desafios enfrentados na atuação dos profissionais de Serviço Social, no momento desta pesquisa, entrevistamos alguns destes profissionais, para conhecer e entender essa realidade em relação à relativa autonomia, o profissional enquanto trabalhador assalariado, e as dificuldades enfrentadas por estes profissionais no espaço sócio-ocupacional em análise.

São evidentes as questões em relação ao trabalho dos profissionais, de Serviço Social, no que se refere à garantia e efetivação de seus próprios direitos enquanto trabalhadores assalariados, pois são desrespeitados enquanto profissionais, já que não conseguem garantir de fato, os seus próprios direitos, direitos estes previstos na lei.

Além disso, mais uma vez fica notória a ideia equivocada que os gestores, os próprios trabalhadores da Política de Assistência Social têm em relação à Assistência Social, confundindo-a como forma, muitas vezes, de angariar votos em períodos eleitorais.

Podemos ainda perceber a partir das falas dos(as) entrevistados(as) que muitas vezes essas profissionais não conseguem garantir e concretizar o que está preconizado nas normatizações, por vários motivos como, falta de recursos financeiros e materiais que lhe deem subsídios para realização das ações, além da

falta de estrutura física e recursos humanos (equipe mínima) dentro do ambiente de trabalho, o que acaba por muitas vezes promovendo a precarização na sua atuação profissional.

Destarte, ainda percebemos que um grande desafio a ser enfrentado é a questão da autonomia do profissional, visto que as legislações colocam que o profissional de Serviço Social tem total autonomia em seu exercício profissional, porém ficou evidente que esta prerrogativa no cotidiano não acontece, principalmente porque o profissional tem que se subordinar aos ditames da instituição. Mesmo assim, a partir da fala de alguns profissionais pudemos percebermos que alguns profissionais apesar dos obstáculos, acreditam ter total autonomia.

É importante ressaltar que o número de entrevistadas não permite a generalização das informações apreendidas, levando em conta os entraves que os profissionais vivenciam diariamente na execução da Política de Assistência Social, perpassando pelo tipo de vínculo empregatício, problemas de infraestrutura e correlação de forças, etc.

Por fim, importa salientar a validade deste estudo tanto para as autoras, quanto para a Universidade, curso de Serviço Social, como um estudo inicial (monográfico), mas, importante na contribuição de estudos sobre a região, sobre a Política de Assistência Social/ Sistema Único de Assistência Social e, principalmente sobre o trabalho do Assistente Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTINI, Odária. Suas: conquistas sociais e desafios. In: BATTINI, Odária (org.). Suas: Sistema Único de Assistência Social em debate. II. Série. São Paulo: Veras Editora, 2007. p. 09-18.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social, a Constituição de 1988 e seguridade social: do texto constitucional à garantia da assistência social. In: _____. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 139-187.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas. et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. p.33-53.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio. Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

GUERRA, Yolanda. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011. p. 271-289.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LOPES, Maria Helena Carvalho. O tempo do SUAS. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.87, p.76-95, 2006.

NOZABIELLI, Sônia Regina. Entre Permanências e Mudanças: A Gestão Municipal da Política de Assistência Social na Região de Sorocaba (SP). 2008. 410fls. Tese, Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

PARANÁ. Câmara Municipal de Ivaiporã. Lei Orgânica Municipal de treze de dezembro de 2005. Ivaiporã-Pr.: 2005.

PARANÁ. Departamento Municipal de Assistência Social de Ivaiporã, Lei nº 1.679 referente a criação do CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social, de 15 de julho de 2009. Ivaiporã-Pr.: 2009.

PASTOR, Márcia. A democratização da gestão da Política de Assistência Social em Londrina/PR no período 2001-2004: a ampliação do acesso e da participação. 2006, 177fls. Tese, Doutorado - SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

PEIXOTO, Maria Denize Santos; REIS, Josefina Maria dos. Reflexão ética e exercício profissional do assistente social na contemporaneidade: uma análise contextualizada na seccional de Uberlândia – Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – 6ª REGIÃO. Revista da Católica, Uberlândia, v.2, n.3, p.287-296, 2010.

PIANA, Maria Cristina. O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas. In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.85-117.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SANTOS, Francine H. Coutinho dos. O Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS. In: O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011. p. 155-167.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas. In: BATTINI, Odária (org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. II. Série. Curitiba, PR: Veras Editora, 2007. p. 59-99.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.87, p.96-121, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009.

_____. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Versão Oficial. Brasília: 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Normal Operacional Básica da Assistência Social–NOB/SUAS. Brasília: 2005.

BRASIL, Assistência Social. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 24 set 2014.

ESCOLA, Brasil. Impeachment Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/impeachment.htm>> Acesso em: 06 out 2014.

GEOMUNDO, Consenso de Washington. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm>> Acesso em: 06 out 2014.

JUSBRAZIL, Constituição Cidadã. Disponível em: <<http://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2871580/constituicao-cidada>> Acesso em: 06 out 2014.

MDS, Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cit>> Acesso em: 06 out 2014.

PESQUISA, Sua. Plano Cruzado. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/plano_cruzado.htm> Acesso em: 06 out 2014.

SIGNIFICADOS, Neoliberalismo. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/neoliberalismo/>> Acesso em: 06 out 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Nós, **Dhébora Proença Rosa Candeu e Ninadab de Souza Rodrigues, acadêmicas** do Curso de Graduação em Serviço Social da UEM, estamos elaborando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob supervisão/orientação da Prof^a Maria Celeste Melo da Cruz, com o tema “O trabalho do Assistente Social na Gestão da Política de Assistência Social no Vale do Ivaí-PR”, cujo objetivo geral é “Analisar os desafios e impasses na atuação do Assistente Social na Gestão da Política de Assistência Social”. Para isso, estamos realizando a pesquisa de campo, e sua participação envolve uma entrevista aberta, que será gravada, transcrita e analisada se assim o(a) senhor(a) permitir.

A sua participação nesse estudo é voluntária e, não está previsto nenhum tipo de pagamento ao participante bem como, o mesmo não terá nenhuma despesa. Se o(a) senhor(a) decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na construção e defesa da monografia sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, que inclui apresentação do material coletado em atividades acadêmicas, publicações e eventos científicos e áreas afins. Diante do tema da pesquisa, podemos assinalar que a sua participação torna-se relevante, pois estará contribuindo para a compreensão do objeto estudado e para a produção de conhecimento. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras por meio dos telefones e/ou pela orientadora, a Professora Maria Celeste Melo da Cruz através do telefone

Nome e assinatura do(a) discente
Matrícula:

Local e data

Nome e assinatura do(a) discente
Matrícula:

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE B

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS

Identificação / Formação

Idade:

Instituição em que se formou (Presencial ou EAD)

Ano de formação

Formação continuada:

Graduação/ Especialização /Mestrado /Doutorado /Outros

Trabalho

Tempo de atuação como Assistente Social:

Tempo de atuação como Assistente Social no Órgão Gestor:

Tipo de contrato de trabalho:

Carga horária de trabalho na área do Serviço Social:

Trabalho do Assistente Social no Órgão Gestor

Considerando a assistência social como uma Política Pública, como é gerir a Assistência Social no município? Quais as possibilidades e limites.

Como é desenvolvido seu processo de trabalho? Explique detalhadamente.

Existe uma equipe de trabalho no Órgão Gestor do município? Se sim, como a mesma é composta e quais as atribuições de cada um?

Relate as demandas que você atende referentes ao seu cargo no Órgão Gestor do município.

Relate as demandas que você atende que não são referentes ao seu cargo no Órgão Gestor do município. Explique o porquê do atendimento.

Quais os meios/instrumentais mais utilizados por você para atender as demandas?

Você avalia que a estrutura física disponibilizada no Órgão Gestor é adequada frente à execução dos serviços? Comente.

Você acredita que a de estrutura física interfere na qualidade do serviço disponibilizado? Explique.

Você conhece a Resolução do CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 que “Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social”?

Como se concretiza o trabalho realizado no Órgão Gestor em relação às unidades estatais (CRAS/CREAS), entidades assistenciais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e controle social. Explicar detalhadamente.

Há uma articulação entre o Órgão Gestor e as demais Políticas Públicas do município no intuito de concretizar a Política de Assistência Social/SUAS? Como isso ocorre?

Você consegue identificar e avaliar a correlação de forças no Órgão Gestor? Você avalia se há interferência nos resultados do seu processo de trabalho?

Qual o grau de autonomia na materialização do seu processo de trabalho profissional?

No cotidiano do seu trabalho, considerando a Lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética, quais os principais obstáculos na execução do trabalho?

Quais foram os maiores avanços e recuos acerca da Política de Assistência Social no município em relação à gestão?